



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Bom dia a todos e todas, agradecer a presença.

Está presente o Vereador Abou Anni, responsável pelo requerimento nº 11/2015, com o intuito de debater a minuta do edital de credenciamento para prestação de serviço de transporte escolar gratuito, processo administrativo 20130279944-0, em especial no que é atinente aos custos estipulados para remuneração dos contratos e a viabilidade para prestação do serviço de outorga por preço manifestamente inexequível, que fomos instados não só a aprovar o requerimento como realizar esta que é a 7ª audiência pública de 2015, com tema específico. Para compor a Mesa, convido o Sr. Daniel, responsável pelo DTP, foi funcionário desta Casa e, portanto, vai nos ajudar a entender por que após quase dois anos de intensos debates e reuniões, o Executivo ainda não tem nenhuma resposta para dar à sociedade do que fará com este modelo contratual.

Convido também o Formiga, que está aqui com o grupo para que possa, junto conosco, ajudar não só nos questionamentos, mas na viabilidade de uma agenda que possa definitivamente orientar os nossos esforços na condução que o Executivo deve ter tanto com relação ao edital como para a contratualização desse serviço.

Quero chamar também a Dra. Cristiane, que tem sido nesta Casa a principal estudiosa do caso, não só deste edital, mas dos editais que também foram lançados ainda na gestão do Prefeito Kassab e que também não chegaram a contento. Então faço questão de chamar a Cristiane para nos ajudar.

Também chamar o Lauro, para que possa sentar-se com a gente. O Lauro é condutor escolar e pode nos ajudar nestes encaminhamentos.

Chamo ainda aquela que foi a primeira que nos respondeu dizendo que estaria aqui conosco, a Maria Aparecida de Souza, responsável pelo setor de demandas da Secretaria de Educação, que também de plano manifestou o desejo de participar e, portanto, temos aqui o outro lado da moeda, aquela que é pressionada para ter mais serviço do que o que já presta. A

demanda chega para ela e é ela que se descabela para conseguir garantir que as crianças que precisam do transporte o tenham. Então fizemos questão de trazer os dois lados da moeda, aquele que contrata o serviço, que garante que as crianças que necessitam desse transporte tenham, a partir da mão dela, a capacidade de articulação do Governo.

Antes de passar a palavra ao nosso condutor desta audiência pública, porque é o proponente, explicar um pouco o que a audiência pública pode, até para entender por que nos reunimos aqui num sábado de manhã, em que poderíamos estar fazendo uma série de outras coisas. É sabido de todos e vocês talvez tenham a informação mais precisa, da importância do serviço que prestam à sociedade paulistana. Talvez carreguem em carros o que de mais precioso a nossa sociedade tem. E se não temos estabilidade nesses contratos todo o processo fica vulnerável.

Não estamos falando ainda da remuneração que garante estabilidade. Estamos falando de um serviço essencial para a educação das nossas crianças, que é ter acesso à escola e acesso com qualidade. Chegar com qualidade ao ponto em que se socializa esse conhecimento e se constrói vida e cidadania.

Isso é para não marginalizar ou tornar pequena a atividade que vocês realizam e, portanto, todo o cuidado que o DTP tem de ter para fazer todos os editais, porque temos de oferecer o melhor serviço para a sociedade paulistana.

A audiência pública pode sim conferir legalidade, eficiência e efetividade aquilo que pretende o Executivo fazer. O Legislativo é órgão fiscalizador das tarefas do Executivo. Quando o Executivo apresenta à sociedade um edital, quando apresenta um modelo de contratação, o parlamento é o órgão de controle externo. É ele que vai dizer para o Executivo: dos nossos estudos, reconhecemos que há falha aqui, pode acontecer erro ali, há vulnerabilidade acolá.

Portanto, chamamos o Executivo, porque é assim que funciona na democracia, freios e contrapesos entre a relação do parlamento e do Executivo, para apontar onde estão os

hipotéticos erros que possam prejudicar a sociedade, seja a sociedade contratada como condutor, seja a sociedade que é servida, portanto, as famílias que terão a oportunidade de ter esse serviço para suas crianças.

Então é para entendermos que pode sim o parlamento ser um parceiro do Executivo ao encontrar soluções criativas, inteligentes, que possam transformar o serviço mais barato, de melhor qualidade, melhor remunerado, mais eficiente, eficaz, e para isso envolver mais gente, portanto, mais capacidade, mais inteligência, talvez seja das funções mais nobres que a sociedade tem.

Aqui vai uma crítica ao nosso modelo. E não é ao Executivo que está. É a história dos executivos no Brasil. Os executivos no Brasil por ter muito poder se fecham dentro de si e tentam encontrar por si só as soluções. Quase como aquela novela antiga - Sassá Mutema, o Salvador da Pátria -, como se um só fosse capaz de encontrar a solução para todos os problemas.

Sou daqueles que prefere confiar na capacidade de um grande conjunto, como o que se reúne aqui hoje de manhã, do que delegar a um só a capacidade de resolver todos os nossos problemas. Não que ele não seja bom. Acho que temos quadros no Executivo de São Paulo, do Estado e do Brasil fabulosos, mas duvido que um só possa ser melhor do que todo um coletivo pensando a mesma coisa.

Temos aí a condição de encontrar as fragilidades e as qualidades que muitas vezes um sozinho não enxerga. Por isso, quero agradecer muito ao Formiga que está aqui na Mesa e é um de vocês que está aqui. Quero agradecer muito o Daniel, que foi funcionário da Casa, tem um carinho pela Casa e brinquei quando ele chegou aqui, que talvez ele seja o único que tem o endereço da Câmara, porque ele vem em todas e os outros não vêm.

Então agradecer ao Daniel por estar aqui. Pedir a ele que compreenda a angústia e a inquietude de todos que estão presentes. E muitos aqui representando muitos outros que não puderam vir.

Quero agradecer muito à Professora Maria Aparecida de Souza, que também está conosco. E talvez ela seja a que mais preocupação tem que possamos terminar hoje com um calendário objetivo, tentando tirar, inclusive, do Daniel prazos, porque quando bate nela a incapacidade de prestar o serviço e, portanto, a incapacidade de oferecer transporte para as crianças é quando erramos tudo, porque podemos passar um tempão discutindo modelo de contrato, forma de remuneração, mas uma criança que não consegue chegar à escola não há coisa pior. Esse preceito básico a gente não quer perder.

Agradeço muito o Vereador Abou Anni porque desde que cheguei a esta Casa junto com S.Exa. não tem uma semana em que o tema de transporte escolar gratuito e de educação para os condutores não esteja na pauta diária dele. Isso não só o transforma, para mim, na liderança desse setor, como também me dá a convicção de que temos uma boa representação para esse setor tão sensível e muitas vezes tão marginalizado que a Cidade tem.

Agradeço o Vereador Abou Anni que me faz estar presente neste debate sempre. Eu não estudo esse tema com frequência, mas todas as vezes que o Vereador Abou Anni me chama e fala para me dedicar porque precisa da minha reflexão também. Posso dizer que sempre que eu for acionado por S.Exa. estarei presente para ajudar.

Todos do Poder Público temos a responsabilidade de não só darmos satisfação a vocês, mas também trabalharmos muito para que o resultado do trabalho de vocês se traduza em eficiência de transporte para as crianças que tanto precisam estudar para melhorar a nossa Cidade, o nosso Estado, o nosso País.

É assim que abro a audiência pública. Tenho a expectativa de que sairemos hoje daqui com agenda objetiva, pauta objetiva e com data para podermos comemorar um edital que garanta o transporte dos alunos, a boa remuneração, a qualidade de serviço.

Muito obrigado pela presença de todos.

Tem a palavra o nobre Vereador Abou Anni.

- Assume a presidência o Sr. Abou Anni.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) - Senhores e senhoras, bom dia. Agradeço a presença de todos. É de extrema importância que o Legislativo faça essa discussão. Agradeço ao presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sempre preside as audiências públicas com muita excelência e competência. Conheço-o há mais de dez anos, pois chegamos a esta Casa juntos e sou admirador do trabalho político do Vereador Police Neto. Muito obrigado.

Cumprimento também o Daniel Teles, Diretor do DTP; as professoras Maria Antonia, Maria Aparecida, da Secretaria da Educação; o Formiga, liderança da categoria do transporte escolar; Cristiane, que estuda os editais para poder colaborar nesta discussão; e o Tio Lauro, condutor escolar.

Na data de hoje vamos discutir a minuta, que é apenas uma proposta, não tem publicação e nem o início do certame. É apenas uma proposta do Sr. Prefeito para o transporte escolar gratuito do Município.

O que tem de ser discutido é o que está na minuta. Acredito que muitos condutores ainda estão querendo entender melhor o que é o TEG. Tem pessoas que realizaram cursos e têm interesse em entrar no sistema, ou seja, tem pessoas que vêm buscar informações.

Lembro que não estamos discutindo o certame, até porque não houve a publicação do edital. Essa é apenas uma proposta para que vocês se credenciem ao Departamento de Transporte Público para operar o sistema de Transporte Escolar Gratuito, que você leva e busca as crianças de escolas públicas municipais.

Na proposta do Sr. Prefeito você já tem de ter o carro. Ao contrário de licitações passadas que você apenas apresentava uma proposta com o carro que você fosse trabalhar. Caso você ganhasse a concorrência, ficaria comprometido a apresentar o veículo da proposta.

Esta minuta não diz isso. Nela você já tem de ter o carro e deve se credenciar para operar o serviço.

Esta é a Comissão de Finanças, então, o nosso foco é discutir valores. É

importante que a gente aproveite a oportunidade – apesar de não podermos deliberar -, mas podemos colocar no relatório.

Queremos construir um edital para que todos tenham eficiência no transporte escolar e quem ganha, na verdade, é a sociedade, os pais, as mães e as crianças.

Estamos abertos a sugestões.

Tem a palavra o Sr. Daniel Teles.

O SR. DANIEL TELES – Bom dia a todos. É um prazer enorme estar na Câmara Municipal de São Paulo participando desta audiência pública.

É importante lembrarmos algumas coisas. Em primeiro lugar, publicamos o edital de credenciamento. E logo que foi publicado o edital de credenciamento houve várias manifestações de entidades e de pessoas que propuseram a suspensão do credenciamento porque havia algumas questões no edital que aquelas pessoas entendiam que precisavam ser melhoradas, modificadas, serem contempladas assim que foram apresentadas essas questões, a Prefeitura e ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que é um órgão que fiscaliza essas questões de contratações da Administração Pública.

Nós recebemos essas questões, analisamos, mantivemos constantes relatórios, pareceres, junto ao Tribunal de Contas e fomos superando todas as questões que tinham sido apresentadas até aquele momento, então, fomos superando todas as questões que cada um apresentou em relação ao edital, que estava publicado e que foi solicitada a suspensão pelo Tribunal de Contas e nós proferimos o despacho de suspensão deste edital para fazer o diálogo com as questões que foram abordadas e superar cada uma delas e daí fomos superando item a item, cada item que foi apresentado nós fomos fazendo os relatórios e superando item a item que foi abordado, foi um trabalho que vocês não tem ideia o trabalho que dá para fazer isso.

É uma equipe toda trabalhado, são advogados, são técnicos, que analisaram item a item e olha que isso o edital foi publicado no final de 2013, mas ficamos debatendo isso. Em

2014 inteiro essa questão, pareceres, analisando até que nós superamos todas as questões que tinham sido apresentadas ao edital de credenciamento nesse processo de análise, pareceres e ajustes que foram feitos no edital naquela publicação inicial que tinha sido feita. Então foram fazendo todas as questões abordando todos os temas durante o ano de 2014 inteiro praticamente.

Chegamos a um entendimento e o Tribunal de Contas entendeu que a minuta finalizada atendia aos aspectos legais exigidos pela legislação vigente no Brasil e nós cumprimos todos os itens do ponto de vista legal que precisava para que um edital pudesse ser aceito junto ao Tribunal de Contas. Isso não é pouca coisa né pessoal? Em 2007 buscou-se fazer um processo de licitação que não foi possível ser concluído. Em 2010 tiveram dois processos de licitação que também não se concluiu e várias outras tentativas de processos de licitação. Todos os modelos até agora tentados pela Administração Pública, todos os modelos anteriores ao credenciamento, nem sequer chegaram à aprovação no edital junto ao Tribunal de Contas. Muitos pararam no Tribunal de Contas ou pararam no Judiciário, agora, nós graças a esse amplo debate junto à categoria, aos transportadores escolares, dialogando com todo mundo, porque a essa administração deste o primeiro dia que chegamos no DTP, o DTP está aberto e nós dialogamos constantemente. Nunca nos negamos a dialogar com nenhum setor da sociedade de São Paulo na área de transporte escolar, ou na área de motofrete, ou na área de carga frete, ou na área de fretamento, ou na área de taxi, todos os setores têm sido pelo Departamento de Transportes Público. Nós atendemos todo mundo.

Todas as questões, “todos que querem apresentar uma questão junto ao Departamento de Transporte Público é recebido e nós dialogamos e sempre que é possível atender as reivindicações que as categorias de transporte da Cidade de São Paulo apresentam ao Poder Executivo, nós temos atendido, temos mantido um diálogo constante com todos os setores da sociedade”.

Nesse processo de diálogo nós finalizamos esse edital e publicamos uma consulta

pública. Ou seja, tínhamos publicado um edital, fizemos todos os ajustes durante um ano de debate, de ponderações, de consultas, de análises, de pareceres até que se chegou a um entendimento que do jeito que estava cumpria todas as regras estabelecidas para uma contratação do Poder Público. Então, nós publicamos essa minuta do credenciamento para uma consulta pública e demos um prazo para essa consulta. Nós publicamos no Diário Oficial, nos jornais de grande circulação da Cidade de São Paulo e foi amplamente divulgada essa consulta pública. Qualquer cidadão, entidade, cooperativa, qualquer pessoa jurídica, o poder legislativo, qualquer um poderia apresentar as suas contribuições nesta fase de consulta pública. Todos puderam se manifestar nessa fase de consulta pública. Quem quisesse apresentar contribuições e ponderações, sugestões foi amplamente aberto para todos participarem e contribuírem, foi publicado no Diário Oficial e divulgado nos meios de comunicação. E as categorias se reuniram, a gente sabe que se reuniram, porque fazem as reuniões e publicam no *facebook* as reuniões que estavam havendo e que estavam sendo feitos debates pela sociedade então foi um processo amplamente participativo, com amplo debate em São Paulo.

Finalizou o prazo porque no Poder Executivo, num processo administrativo, temos prazo para as práticas dos atos, então, temos uma fase de consulta pública em que aberto para toda a sociedade se manifestar. Finalizado o prazo você conclui a consulta pública e passa a analisar o resultado daquela consulta pública. Então, finalizou o prazo, estava publicado no Diário Oficial, nos jornais de grande circulação da Cidade de São Paulo e todo mundo sabia qual era o prazo. Foi feita a consulta pública, as pessoas se manifestaram, assim que finalizou o prazo eu proferi um despacho encerrando o prazo de consulta pública porque por lei eu sou obrigado a praticar esse ato de fazer um despacho dizendo na data de hoje, neste horário, está encerrada a consulta pública. E eu publiquei, proferi esse despacho, finalizando essa fase de consulta pública até porque já tinha sido na publicação estabelecido o prazo, nada mais do que fiz foi cumprir o prazo que estava sendo estabelecido. Então, do

ponto de vista da formalidade, porque na administração pública os dados são formais. Você dá um prazo; preenchido o prazo, você cumpre o ato. Então a fase de consulta pública foi finalizada, foi concluída. Agora o que acontece? Estamos na fase de análise da consulta pública, dos resultados das questões que foram trazidas ao credenciamento para a administração analisar. E nós temos uma comissão constituída, conforme publicação em Diário Oficial, responsável por essa análise, que está sendo feita, relativa a todas as questões que foram objeto de manifestação na fase de consulta pública amplamente divulgada na cidade de São Paulo. Agora essa comissão está analisando tudo que veio de todos que apresentaram documentos – 66 documentos. Todos os documentos estão sendo analisados por essa comissão, que ainda não finalizou o trabalho, mas já está na fase final. Então está finalizando a análise daquilo que a sociedade apresentou de contribuição para ser analisado na fase de consulta pública. Então, assim que essa comissão finalizar os seus trabalhos, ela vai apresentar o relatório, e aí vamos fazer a tomada de decisão com base no parecer que a comissão fizer. Hoje o parecer não está pronto, então não tenho como dizer qual é a posição que a comissão tem em relação à análise que ela está fazendo da consulta pública. Eu não tenho como dizer hoje para vocês aqui, porque preciso aguardar o parecer.

Na Administração há um procedimento administrativo, há um processo, e antes de se tomar uma decisão, é preciso ter um parecer do processo. Então tem todas as questões que são trazidas aos autos do processo, e chega o momento em que os pareceres são concluídos e daí vem o momento da autoridade responsável efetivar sua decisão com base nos pareceres. Quem já fez algum processo administrativo junto à Prefeitura sabe que tem o parecer, e, no final, quando é dado o parecer, é proferido o despacho final, dando as conclusões sobre o procedimento adotado. Então estamos na fase final da análise da consulta pública já feita e já concluída. E quando tudo for finalizado, proferiremos a decisão final em relação ao processo de credenciando, sendo posteriormente publicado o edital final resultado de toda essa produção, de todo esse trabalho.

Sempre gosto de destacar que o Departamento de Transporte Público de São Paulo realiza mais de dez mil vistorias por mês. Ano passado, 2014, foram fiscalizados 165 mil veículos – número de veículos que muita cidade do estado não tem.

Fomos convidados pelo Poder Legislativo, e sempre estaremos à sua disposição. Sempre que convidados, viremos com o maior prazer. Muito obrigado.

P – Agradeço a presença de Daniel Teles. Uma verdade que nunca podemos negar: as portas do DTP nunca foram fechadas. Daniel Teles sempre atendeu a categoria, sempre nos atendeu, sempre esteve à disposição do debate. Por isso mais uma vez eu o agradeço, diretor. Lembrando que a decisão não está nas mãos de Daniel Teles, que está gerenciando um setor. Sabemos que todos têm limites. Então acreditamos que o Prefeito atenda as reivindicações de Daniel Teles, deste Vereador, de toda a categoria, bem como da comissão que iremos fazer.

O debate desta audiência pública é gravado e será transformado em Notas Taquigráficas, que usaremos para fazer um resumo de todas as discussões, e encaminhá-lo à Comissão que está avaliando as propostas dos interessados no credenciamento, cujo relatório sairá em breve, para que também leve em consideração o que se discute aqui. Acredito que o que está sendo discutindo aqui é a avaliação de várias consultas e propostas da categoria, bem como do gabinete deste Vereador, que formulou várias perguntas, que até o momento não foram respondidas, acredito que em razão de o relatório ainda não ter sido feito, como V.SA. mencionou da tribuna. Então ficamos na expectativa.

O senhor acredita em mudança, em razão de todos os pedidos, de todos os encaminhamentos, do que foi feito pela categoria, de todas as reuniões, de que participaram o Formiga, o Hélio, da Arte Sul, e todos os senhores representantes que colaboraram nesse processo todo? O senhor acredita que o Sr. Prefeito irá reconsiderar alguns pontos desse edital?

Quanto ao Tribunal de Contas, o senhor mencionou que teve de cumprir vários

requisitos, de modo que a demanda de tempo foi muito grande para cumprir tudo. Você acredita que o Prefeito irá reconsiderar um monte de posições nessa minuta? E se o senhor lembra de alguns pontos que foram essenciais que foram cumpridos pelo Departamento, de acordo com as exigências do Tribunal de Contas.

O SR. DANIEL TELES – Bom, acho que fui muito claro em minha fala da tribuna. Nós já finalizamos a fase de consulta pública. Eu espero que eu tenha sido claro o suficiente na minha exposição. Todas as questões que foram apresentadas durante a fase de consulta pública estão sendo analisadas, inclusive a que o Vereador acabou de fazer menção. Agora eu não posso antecipar nenhuma posição enquanto tenho uma comissão trabalhando e analisando; seria um desrespeito à comissão. Como que um poder executivo cria uma comissão para analisar uma fase de consulta pública, e eu vou lá e atropelo a comissão? Não posso fazer isso. Já deixei claro, desde o início da minha fala, que a fase de consulta pública foi concluída, e agora existe uma comissão legalmente constituída, publicada em Diário Oficial, para analisar todas as contribuições. Assim que essa comissão finalizar os seus trabalhos, será proferido um despacho do resultado de toda essa análise. Qual vai ser esse despacho? Eu não sei, porque tem uma comissão fazendo a análise disso. Só vou ter condições de me posicionar assim que eu tiver o parecer da comissão. Nenhuma autoridade se pronuncia num processo administrativo antes que haja o parecer de quem está responsável por fazer a análise. E o Poder Legislativo sabe disso. Então não adianta insistir, porque todos sabemos como é o procedimento legal. Então não dá para insistir numa questão em que existe um procedimento legal sendo cumprido, essencial para validar os atos. Porque o procedimento legal, se não for cumprido, invalida os atos. E não é interesse de nenhum transportador escolar invalidar qualquer ato. O que as pessoas querem é que os atos sejam praticados, e que sua contratação seja regularizada. Já estamos há muitos anos com contratação emergencial, e agora precisamos adotar uma contratação que permita a segurança jurídica necessária.

Queria destacar que foram feitos alguns comentários logo nas primeiras falas.

O serviço de transporte escolar na cidade de São Paulo está sendo mantido regularmente. Todo o serviço está sendo mantido regularmente. Não existe nenhuma questão. O transporte escolar gratuito na cidade de São Paulo está sendo plenamente executado. Então temos essa questão do processo do edital de credenciamento, mas os serviços estão sendo executados, e “estão sendo muito bem executados inclusive, pelos transportadores escolares, que todo dia fazem o seu trabalho, levam as crianças à escola, buscam nas escolas”. Enfim, tem sido feito um trabalho muito bem avaliado. Inclusive, um dos serviços públicos mais bem avaliados em São Paulo é o transporte escolar. Então estão de parabéns os transportadores escolar que fazem esse trabalho, cuja regularidade ao atendimento sem sido mantido. Então estamos, sim, garantindo esse atendimento, e queremos aprimorá-lo. Nosso trabalho é no sentido cada vez mais de aprimorar esse serviço, já muito bem avaliado pela população.

Estamos à disposição.

P – Obrigado, Daniel Teles. Acho, porém, que o senhor não entendeu a minha pergunta. Eu disse se o senhor “acredita”, não se o senhor tem “previsão de mudança”. O senhor acredita que o Prefeito possa reavaliar esse edital? Essa foi a questão. O Poder Legislativo sabe muito bem que o senhor não pode determinar as ações do Executivo, do Prefeito, de como vai ser o edital. Então é por isso que perguntei. Como o senhor está lá dentro, recebendo essa demanda, sabendo da realidade do transporte escolar, eu queria saber se o senhor acredita. Mas se o senhor nem acredita, a sorte fica a mão de Deus, a considerar esse edital. Mas tudo bem. (Palmas)

A outra questão que V.Sa. não respondeu foi a do Tribunal de Contas, que foram vários itens superados. O senhor se lembra de um item relevado superado no edital do Tribunal de Contas?

O SR. DANIEL TELES – Então, pessoal, temos um edital publicado que resume tudo que foi produzido nesse processo. E já foi publicado, todo mundo tem conhecimento. Ele conta a síntese de todo o resultado do trabalho. Então acho desnecessário ficar aqui. Já existe

um edital publicado com todas as contribuições e o resultado de todo o processo analisado, que está disponível aqui, e posso passar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – É sobre o Tribunal de Contas, Sr. Daniel. O que o Tribunal rejeitou e quis corrigir?

O SR. DANIEL TELES – O Tribunal não rejeitou nada. Ele dialogou com o Poder Executivo, apresentou as questões que precisavam ser superadas, e foram superadas, resultando no Edital publicado, este aqui, que está à disposição do Poder Legislativo, de V.Exa. e de qualquer cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Entendo a dificuldade de responder, porque o Tribunal de Contas não mudou nada. O Tribunal de Contas suspendeu o Edital e votou praticamente nas mesmas condições, apenas protelou o tempo. Lembrando ainda que os valores que eram de 2013 continuam, com o aumento de gasolina, com a economia, que está assustadora, a 8% ao ano, e querem pagar o mesmo preço de R\$ 140,00 por criança.

Um veículo convencional, de 16 lugares, custa R\$ 4.480,00 aproximadamente, em dois períodos. Com esse valor, acho que dezenas de condutores escolares conseguem operar ao mês. E o Edital não dá a garantia de demanda. Quem me garante que haverá 16 crianças para o escolar? Aí o Edital autoriza a pegar criança da escola particular. Isso será uma lambança no sistema de transporte da Capital. (Palmas)

Temos de esclarecer isso para os que estão assistindo esta audiência pública e não entendem como funciona o sistema de transporte para gratuito, porque quem está de fora acha que os senhores estão milionários, ganhando tudo o que podem. (Palmas)

Passo a palavra à Sra. Maria Aparecida, representante da Secretaria de Educação.

A SRA. MARIA APARECIDA – Bom dia. Estou chegando à Secretaria de Educação agora e estou assumindo o setor de demanda, juntamente com o Vai e Volta.

O meu trabalho lá é planejar o atendimento dos alunos, junto com a Assessoria Técnica de Planejamento, sejam do Ensino Fundamental ou da Educação Infantil.

E a nossa relação com o Vai e Volta, caso específico DTP, é em relação à acessibilidade das crianças naquela região, onde não há oferta próxima à residência.

Hoje são aproximadamente 69.000 crianças sendo transportadas; 10.537 crianças com deficiência, cadeirantes ou outras deficiências. E, assim como os senhores, também estamos na expectativa da aprovação desse projeto.

O meu papel aqui também é ouvir as reivindicações de todos. Assim como o Sr. Daniel já disse que não pode nos dar nenhum parecer definitivo porque estamos aguardando a apuração da Comissão Definitiva, o julgamento dos questionamentos que foram feitos, e espero que consigamos sair daqui com alguns entendimentos e avanços em relação a esse Edital.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Agradeço a Professora Maria Aparecida. A senhora mencionou que entrou há pouco tempo na pasta, então, acho que a senhora não terá informações. Mas, apenas para que a senhora saiba do que chegou ao gabinete deste Vereador em relação à demanda de crianças, que são indicadas pelas Coordenadorias.

Muitas vezes, algumas Diretoras, algumas Coordenadorias – não podemos generalizar, de certa forma, forçavam os pais das crianças a desistirem do TEG. Essa informação chegou ao gabinete deste Vereador, inclusive com formulário da própria escola.

Caso ele não desistisse do TEG, ele teria de ser transferido para outra escola. Então, uma postura dessas nos preocupa muito quando estamos há pouco tempo da publicação de um Edital para remunerar por criança.

Qual a garantia de que haverá crianças para serem transportadas com esses encaminhamentos das escolas? Porque os pais são forçados a assinar a desistência do Transporte Escolar Gratuito para que o filho não seja transferido de escola, conseqüentemente, não há demanda de TEG, que ainda recebe por criança transportada.

Então não sei se a senhora tem essa informação. Caso não tenha, eu gostaria que

levasse isso adiante para que não aconteça mais, porque é um absurdo, uma vez que a criança já tem uma personalidade dentro daquela escola, já tem um grupo de amigos, e tem de ser transferida para outra escola em razão de um transporte escolar.

Uma Cidade cuja previsão orçamentária é de R\$ 53 bilhões poderia tratar um pouco melhor o transporte escolar coletivo. Tenho uma reportagem dizendo que a previsão da licitação do transporte coletivo que está correndo paralelamente é uma licitação para R\$ 100 bilhões, a um contrato de 20 anos. Isso equivale a R\$ 5 bilhões/ ano para o transporte coletivo da Cidade. E para o transporte escolar, eles estão com uma proposta de R\$ 143 milhões/ ano.

A SRA. MARIA APARECIDA – Responderei essa questão, no geral, porque já conversei com alguns condutores e já ouvi que existe esse questionamento. O Vai e Volta nos auxilia quando não há possibilidade de atendimento para a criança próximo à residência. A primeira regra é atender a criança próxima a residência. O transporte tem de ser ofertado quando eu não tenho essa possibilidade. Todo o final de ano, quando a gente vai fazer o replanejamento ou o planejamento das vagas para o ano seguinte, nós temos de analisar essa possibilidade. Se eu posso deixar a criança mais próxima porque vou mantê-la numa distância que a criança fica 40 minutos muitas vezes vocês nos solicitam para a gente trocar porque fica inviável vocês fazerem aquela rota, tudo isso a gente analisa junto.

Casos pontuais, quando há situações pontuais, a gente senta com a diretoria, senta com a escola e analisa o que está acontecendo especificamente naquela escola, agora, no geral temos de rever a distância dessa criança, mas não que a gente obrigue. Hoje temos no ensino fundamental uma compatibilização de vagas que é compartilhado com o Estado e quando a criança é encaminhada para uma escola próxima e ela tem uma preferência porque a mãe tem o direito de preferir uma escola. Se ele prefere uma escola que fica a mais de dois quilômetros da residência da casa dela, nós não temos como apertar esse vai e volta porque ela teve uma vaga próxima à residência, mas ela prefere outra. Nesta situação, podemos oferecer a vaga, que pode ser concedida, mas o vai e volta, a gente não tem como justificar

porque está matriculada próxima à residência, a mãe é que prefere outra unidade.

Casos pontuais eu sugiro que encaminhem para DTP, ou para a Diretoria, para que possamos avaliar o que está acontecendo especificamente nesta unidade escolar. A gente não descarta essa possibilidade que o senhor está apontando, mas temos de averiguar o que de fato está ocorrendo para não sermos levianos nas nossas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Precisávamos de mais Vereadores que ajudassem o transporte. Tem a palavra o Sr. Formiga.

O SR. FORMIGA – Bom dia a todos. Eu faço parte da diretoria da ArteSul, que é uma associação de condutores, agradeço por ter sido convidado a fazer parte desta Mesa, é bastante significativo para a categoria ter um condutor e isso aumenta a nossa responsabilidade. Como sou condutor e sei o que acontece no dia a dia é meio difícil de errar. Quero agradecer a presença do Dr. Daniel Teles do DTP que vem aqui abrilhantar essa reunião com as informações do que aconteceu, do que está acontecendo, agradeço a professora Maria Aparecida. A Educação tem nos recebido muito bem, temos discutido os problemas lá, a Dra. Cristiane, que com certeza o jurídico é importante e está em tudo na nossa vida, inclusive, na separação de casamento a gente precisa do jurídico em tudo.

Em relação ao transporte escolar, é bom lembrar que, independente de modelo de contratação, seja ele cooperativa, seja ele jurídico, seja ele pessoa física, nada disso anda sem um homem, sem uma mulher. Esse homem, essa mulher têm compromissos e responsabilidades. Esse homem e essa mulher, em 2002, 2003, foram convidados, através da Prefeitura, então naquela oportunidade, projeto esse implantado pela então Prefeita Marta, nós entramos, porque a maioria não acreditava que isso fosse dar certo. A maioria não acreditava que a Prefeitura pagaria, e nós, que acreditamos, então na época, fomos contemplados com a oportunidade de participar desse projeto, como disse aqui o Dr. Daniel Teles, muito bem aprovado senão, um dos melhores serviços, um dos melhores projetos. E se falando de um projeto muito bem aprovado, a gente se assusta com aquilo que está acontecendo em

remuneração. Parece que não corresponde aquilo que foi dito aqui. Se é tão bom, se é tão eficiente, se é tão bem aprovado, porque então o tratamento que esta sendo dispensado a esses chefes de famílias, independente do modelo de contratação, são pessoas que fazem compras em supermercados, são pessoas que pagam prestações de 2500, 3000 mil reais, são pessoas que como os outros também têm dentes, fazem implantes que custam 2000 mil reais cada um daí por diante. Pessoas que tem filhos em faculdades, em colégios, tem de ter o plano de saúde, quase que não é mais facultativo. Alguma coisa não está batendo. Não está correspondendo a nossa eficiência. Somos competentes em nossos serviços, porém, está faltando alguma coisa acontecer para esse reconhecimento. Se é dinheiro? Eu creio que é dinheiro, porque creio que estamos sendo gerenciado por pessoas competentes. Então só pode ser falta de dinheiro.

Apenas, melhor exemplificar aqui, como o tema é credenciamento, na minuta de credenciamento a exemplo de 2013, 2014, ela trás um valor para carro convencional de 140 reais. Não quer dizer que será isso no final. Também não pode se antecipar. Mas é difícil não considerar essa possibilidade. Primeiro, se for 140 reais, vou citar o caso de um condutor que está aqui, que já vi que se cadastrou ai, ele transporta 23 aluno, hoje, aproximadamente, 4500 reais. O que não dá. Paga prestação de um carro 2013, 2500 reais, daí por diante. No modelo de credenciamento que é o tema da reunião, ele iria perceber 3.220 reais. Na média, se pegarmos 4.500 reais dividir por 23, a Prefeitura, hoje nos paga média 195,65. Ai já começa. Se hoje, nesse caso especifico, embora entendi a questão de pontual, mas temos alguns pontuais e não são poucos, não seria, em hipótese alguma, possível continuar prestando esse serviço. Estive, a 20 dias atrás, fui recebida pelas Professoras Carla e Tatiene, e nós conversamos com ela a cerca da nossa preocupação, porque já está anunciado. Isso é tragédia anunciada. Não vai ter condição de continuar prestando serviços, honrando compromissos, seja ele físico, jurídico ou cooperativa. Não vai conseguir. Isso não precisa ser financeiro. Qualquer um dos senhores tendo ou não segundo grau é só somar. E pior do que

isso, modelo de credenciamento, ele vem claro, tem de registrar motorista e monitor. O fato de não registrar não quer dizer que te exime da responsabilidade. Alguns se iludem: ah, tem monitor, pago 300, 400. É o que ele consegue. Só que não tira o direito da pessoa. Você pode ser processado, pode ser levado ao Tribunal para ter de indenizar essa responsabilidade que hoje, já concorreremos com isso. é impossível. Perdemos na capacidade dos carros, que era de até 30 lugares para 18. Ok. Foi reduzido de três períodos para dois. Foi tirado a dobradinho. Ok. O que mais vão querer tirar da gente. O sono já tirou. (Palmas) Ainda concorreremos com possibilidade, de a má interpretação, ou a didática hoje, que é aplicada, não sei se pela educação não se pelo DTP ela consegue confundir o sistema inteiro. Ora, um paga. Tem um caso que irá falar aqui daqui a pouco, ano passado ele tinha as mesmas 20 e poucas crianças, recebia carro cheio. Hoje tem aquela cultura de: olha, se for menos da metade da capacidade, tal, e tal, pode. Senão, não pode. Então, ai você vai para a educação como eu fui, olha o negócio é com a DTP , aí você vai no DTP, olha tá claro e tal. Então fica difícil Você como ping e pong. Ora se joga para um lado, ora para outro. Você gasta diesel, tempo e piora situação.

Estamos falando de veículos convencionais. Já está avisado,. Vai dar problema. Não tem como negar que isso vai dar problema. Acredito que esse movimento, se não valesse nada, os senhores não estariam aqui. Então isso tem de servir para alguma coisa. Como já foi dito na abertura. Vamos passar por causa de cadeirantes. A maioria dos carros que tem esse transporte para cadeirante ele atende de três a quatro cadeiras. Temos alguém aqui que atende de três a quatro cadeiras? Ninguém? Vários. Se pegarmos de três a quatro cadeiras, vou fazer outro calculo. A média é 7.500 reais, aproximadamente, bruto. Se dividirmos esse valor por quatro crianças transportadas, que a maioria são três, quatro. Tem carro aqui com dois, esse valor dividido por quatro dá um valor de 1875 reais. Ai você tem no credenciamento uma proposta de 700 reais. Eu anunciei o seguinte, aquele dia lá com a Carla, Tatiane, os condutores de carros cadeirantes bem como os carros convencionais não conseguirão continuar a prestar esse serviço que prestam muito bem. Isso para mim, é uma ironia,. Não

consigo entender isso. É tão bom que será penalizado. Ah, tem uma noticia para você; não vai conseguir pagar seu carnê de 2.500. Outra noticia: você que foi convidado para ser padrinho de casamento, bate no cara, você não vai conseguir dar presente. E daí por diante. Você foi muito bem aprovado. Se você fosse reprovado você estaria, não sei em que condições. Não queremos participar de transporte particular. Aqui ninguém tem interesse de concorrer com carro particular. O nosso negócio não pegar as crianças alheias. O que nós queremos é uma remuneração justa, só! (Palmas) Há condutor aqui que começou em outra religião e hoje está convertido de tanto fazer frete para igreja. O cara começou a levar, levar, levar, levar, daqui a pouco está levantando a mão, dando glória a Deus, aleluia. Mas não era o que queria, foi obrigado de tanto fazer frete para a igreja.

Em outras oportunidades eu disse: você vai lá na Imigrantes e vê carro descendo com japonês, com negrão, loiro, todo tipo. Isso é família de condutor? Pelo amor de Deus, são 20 caras. E não há milagre!

Em certa oportunidade, o Secretário da Educação, na época era o Callegari, perguntou: se entram cinco, seis, como é que saem oito, nove? O cara não é burro, é o Secretário da Educação. Eu falei: professor, dizem que há condutor que faz frete para a rodoviária, Jabaquara, e eu não sei para que lado é o Jabaquara; há outros que fazem frete para supermercados; outros para igreja. Não há milagre! Tem que completar, tem que completar a remuneração. Agora, pergunto: quem é que quer alugar pneus? Já foi falado, e alguns vão dizer, o Formiga, de novo... Ninguém quer alugar outros equipamentos, alugar lanterna para fazer vistoria, e vamos ter de registrar esse povo, professor!

Professor, percebe-se, de uns tempos para cá, que há um ânimo para ajudar porque durante oito anos ficamos esquecidos, oito anos! Ganhávamos 10% do valor do carro, perto de seis mil reais, isso em 2002. Hoje na média percebemos menos de seis mil reais. Então, é uma incoerência. Atendíamos 130 crianças. Se há uma coisa que pobre sabe fazer é filho, não para de nascer, continua nascendo, embora digam que a média... Média, aonde? Nos

Jardins, agora em São Matheus, em Pirituba, no Itaim, em São Miguel continua nascendo criança.

Nós atendíamos 130 mil crianças, e como disse a professora, hoje são 69 mil crianças. Tudo bem, aumentaram os equipamentos, mas vamos considerar que o primeiro critério para implantação do projeto era: deficientes, condição socioeconômica, barreira de percurso; maior distância e não dizia dois mil metros, mas maior distância.

Em 2006, em agosto, o Prefeito Kassab mandou uma portaria tratando da questão, e ficou cultural. Aqui fica no bom-senso, na sensibilidade social de cada um. Tenho certeza de que a professora ficaria tranquila se o seu filho de seis anos atravessasse uma avenida importante, não importa se 300, 400 metros. Como mãe, ela não ficaria tranquila. E essas mães têm muitos filhos, quando vão para a escola, enquanto a criança não fizer a curva, não entrar, ela não sai, fica olhando. Ela preparou a roupa do marido, ela fez a comida para a outra criança, que vai para outra escola.

O animo que estou percebendo por parte da educação, que está começando a “flexibilizar”, procurando entender melhor, ter atitudes, não adianta. Em outra época, Vereador, em cada reunião havia um representante diferente. Na verdade, tinha que ficar falando tudo de novo, as mesmas coisas.

Parece, estamos entendendo que há novo ânimo por parte do Secretário, há uma sinalização e queremos crer que a quem interesse... Se impugnar novamente, isso vai parar na mão de quem? De garagem de ônibus, de que empresa? Isso me interessa porque na reunião em que estive com o senhor, o senhor comentou a preocupação com o gerenciamento dos serviços. Imagine, se a Prefeitura não consegue nos pagar da forma ideal, como vão comprar duas mil vans, como vão contratar dois mil funcionários, vão tirar dinheiro de onde? Ou vão passar para a garagem de ônibus? Não sei se pode, e preocupação é essa.

Eu agradeço a oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Obrigado, Formiga, que defende a categoria com muita propriedade, com muito conhecimento. Agradecemos a sua participação.

Para reforçar apenas um ponto do seu pronunciamento, quando diz que alguns condutores de perua escolar têm como monitor um conhecido, um amigo ou parente, e paga 300, 400 reais. Isso vai acabar, com o edital acaba porque vai ter de apresentar cópia autenticada de carteira de trabalho em que conste credenciamento como contratante. Estará então necessariamente registrado em carteira, com todos os direitos trabalhistas. Acabou a questão da amizade. No próximo edital, terá de apresentar registro e isso está previsto no edital.

Tem a palavra o Tio Lauro, por 15 minutos.

Continuam abertas as inscrições para os pronunciamentos.

O SR. LAURO – Bom dia. Oh, categoria sofrida! Às vezes, o Abou Anni fala pra mim: vai ver como está a categoria na rua, e dá vontade de chorar. Quando chegamos perto da categoria, gente, precisamos nos unir! A falta de união na categoria do transporte escolar gera tudo o que estamos vendo. Condutores escolares do TAG, como disse o Formiga, transportando em igreja, fazendo praia? Acho que chegou, passou a hora da categoria exigir os seus direitos.

Gostaria de falar agora do valor, dos 140 reais. Acho um absurdo transportar uma criança por 140 reais. Aquela criança, é uma responsabilidade cinco vezes maior do que transportar o seu filho e as punições na rua vem. A fiscalização não pode ver um veículo de transporte escolar, corre, vai ver se é clandestino, se é TAG, vão ver o que está fazendo.

Parabéns por terem vindo a esta Casa, por terem atendido nosso convite, agradeço o pessoal de ontem do DTP, afirmando que viriam, que queriam participar com a intenção de resolver a situação do transporte escolar. E para isso necessitamos de união. Quando eu falo de Vereador, penso em V.Exa. Uma vez, o Vereador me disse em uma sala de aula: “Transporte escolar é a menina dos meus olhos.” Infelizmente, tem muito condutor escolar que

não consegui olhar para o Vereador Abou Anni e falar que é verdade, acredito. Sabem por quê? Porque não temos um foco, não nos preocupamos com veículo que vamos passar em uma vistoria.

Nós não nos preocupamos com as crianças que transportamos? Opa! Preocupamos sim. Mas somos forçados a prestar um serviço de qualidade? É verdade que a categoria presta serviço de qualidade, só que a remuneração está baixa. A garantia de se transportar uma criança está baixa. A Prefeitura precisa rever isso. O nosso Prefeito precisa olhar mais para a nossa categoria.

A única forma de conseguirmos isso é chamando atenção, mostrando para eles que estamos aqui para prestar serviço de qualidade, mas também queremos ser reconhecidos. Não adianta só chegar aqui é falar que o serviço é excelente. Mas na hora que vou ao supermercado, o arroz que consigo comprar é de quinta qualidade. Quando vou fazer vistoria, tenho de pedir dinheiro emprestado. Eu preciso ganhar para manter o meu veículo e o meu serviço de qualidade e é isso que viemos fazer aqui, e é pedindo para que vocês participem. Temos de ir atrás de nossos direitos.

A categoria está de parabéns. Eu até fiquei assustado quando cheguei aqui e vi cinco ou seis pessoas. Pensei: “será mais um dia de fiasco?” Ainda bem que não. O pessoal levantou e veio. Parabéns, pessoal.

O Sr. Formiga falou que vamos ter de registrar nossos monitores com carteira assinada. O que vai ter de sogra pedindo indenização no Ministério do Trabalho, porque o genro não consegue pagar porque não ganha.

Parabéns. Obrigado. Estamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Obrigado, Tio Lauro.

Tem a palavra a Sra. Cristiane.

A SRA. CRISTIANE – Sr. Presidente, membros do Poder Executivo, colegas transportadores escolares, cumprimento todos.

Eu só tenho algumas ponderações a fazer e gostaria de ouvir vocês para podermos entregar as notas taquigráficas para quem de direito porque esta minuta precisa ser muito alterada.

Peço desculpas por discordar do Daniel, colega, porque estou com o expediente do Tribunal de Contas em mãos. Eu vi que não foram todos os pontos que o Tribunal de Contas apontou como irregulares, alterados. Eu não vou tecer comentários um por um porque é muito grande, mas farei comentário de dois pontos.

O Tribunal de Contas detalha que o orçamento apresentado no processo administrativo para fins do credenciamento não possui o necessário detalhamento capaz de expressar a composição de todos os seus custos unitários. É bem o que o Formiga falou e não mudou nada desde 2013. O Poder Executivo atribui 140 reais por criança transportada para vocês. Isso é uma aberração. (Palmas)

Então, a gente sabe que não houve mudança. Tem outro ponto que achei interessante e que preciso destacar. O Tribunal de Contas fala que existe uma cláusula no credenciamento que é abusiva e desnecessária e que merece aprimoramento tendo em vista que as demais penalidades – porque tem um rol de penalidades neste edital para vocês.

Por exemplo, 8.3 do edital: “na falta temporária do prestador de serviço, desde que por motivo justificado, aceito pela credenciante, será descontado o valor referente ao dia de ausência até o limite máximo de 15 dias sem aplicação de multa, podendo a critério da credenciante ser rescindido o Termo após ultrapassado o limite estipulado, ou esteja causando prejuízo ao programa.”

Essa cláusula continua no edital e foi apontada pelo Tribunal de Contas como desnecessária e arbitrária.

Consta na conclusão do Tribunal de Contas que as penalidades são abusivas e multas desproporcionais à gravidade da infração. Isso infringe a lei de licitações, em especial, o artigo 54.

No item 3.7 do edital dispõe sobre a ausência de documentos que vocês devem apresentar para fins de credenciamento. “A ausência de documentos ou a apresentação destes de forma incorreta, ilegível, com validade vencida implicará em não credenciamento para a prestação dos serviços.”

Sabemos que o credenciamento é uma modalidade de dispensa de licitação. A Constituição Federal dispõe que a regra é a licitação. Se o credenciamento existe em razão de inexistência de competição, como que podemos entender que este item é regular? Porque constatada a inconsistência ou falta de documentos necessários, a Administração facultará ao interessado a reapresentação dos documentos no prazo de cinco dias úteis. Depois não vai ter mais prazo? Por quanto tempo vai ficar esse credenciamento? Vai atender todo mundo? Todo mundo vai ter condição de executar o serviço? Todo mundo vai ter criança para transportar? Não existe isto: inexistência de competição.

Hoje em dia sabemos que no DTP tem uma lista gigante de gente esperando para entrar no contrato emergencial. (Palmas)

Essas pessoas não são atendidas porque a contraprestação é baixa. Olha aonde chegamos! Outro item fala dos recursos administrativos. Quem quiser recorrer desse edital, vai ter de pagar um preço público para apresentar seu recurso. Isso é inconstitucional. A súmula vinculante é 21. Isso tem de sair do edital.

Espero que essas ponderações estejam contribuindo com o edital que vai ser publicado. Assim, se desde 2013, o Tribunal de Contas já havia apontado que esses valores tornariam o serviço inexecutável, não entendo porque apresentar os mesmos valores para consultar de novo. Não é inteligente. (Palmas)

Acho que vou parar por aqui, embora ainda tenha algumas questões a apresentar, mas todos têm de ser ouvidos, pois não vai dar tempo e temos de terminar às 13h. Depois eu volto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) - Agradeço o pronunciamento da Dra. Cristiane

que se debruçou em cima do edital, não só desse, mas como os demais também, com essas informações fundamentais na legislação, na Constituição e na Lei de Licitações.

E também só para lembrar, doutora, pelo que li, bati o olho em cima da minuta do edital, caso a pessoa se credencie e desista do credenciamento - avaliando que é impossível operar o transporte com esse valor – a pessoa tem de pagar R\$ 5.000,00 para poder desistir.

Outra questão: se temos duas mil vagas para o transporte escolar e o Termo de Credenciamento não tem prazo para fechar é o que a doutora mencionou: como que nós iremos atender se tivermos três mil interessados – e são apenas duas mil vagas de credenciamento? Então, quer dizer, essa modalidade de credenciamento – estou pensando juridicamente – como será aplicada. Juridicamente, é lógico.

Acho que é uma modalidade que atende o senhor, sim, é interessante, mas nos preocupa: atenderá a todos? Quando atingir os dois mil, o senhor vai ficar na fila como está hoje. Então, quer dizer, como vou abrir um credenciamento permanente, se não tenho vagas a todos os interessados. É muito estranho, mas queremos que essa proposta dê certo. É lógico: desde que sejam corrigidos os valores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) - Pois não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) - Agradeço a contribuição do senhor, mas peço que se inscreva, por gentileza, para poder dar melhor amplitude à nossa discussão.

Vou convidar, agora, os inscritos para darmos continuidade ao debate. Chamo para participar da discussão o Sr. Elio Menezes, Presidente da Artesul que está, nesse momento, representado pelo Formiga como sendo seu porta-voz nesse momento. Convido o Sr. Elio, que tem grande participação nas discussões da categoria do Transporte Escolar Gratuito. O senhor tem cinco minutos.

O SR. ELIO MENEZES - Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos os

membros da Mesa, bem como de todos os presentes. É isso mesmo que precisamos fazer, e como foi dito, precisamos ter união, mas essa união tem de ser proveitosa.

Hoje estamos, aqui, reunidos, vamos debater, vamos falar, mas amanhã, todos já esqueceram, o Poder Público esqueceu. Por isso é importante relatar tudo, será registrado, vai estar nas notas taquigráficas, como disseram aí. Mas, se não cobrarmos, se não for cobrado por nós – repito a todos – não adianta nada estar aqui hoje. Temos de cobrar, a luta é sempre.

Não é porque fui ontem em uma reunião, que hoje não preciso ir. Foi convocada reunião, não interessa se é uma cooperativa que está solicitando, não interessa se é o partido PT, se é o Partido Verde, ou aquele ali, ou aquele acolá, se é o tiozinho ali, ou o tiozão lá, e nem o “não gosto dele” e “não gosto dela”. Isso nada vem ao caso. Vocês têm de pensar no trabalho e numa remuneração justa desse trabalho. E isso só se consegue com luta.

Faço uma pergunta a vocês. Talvez, o pessoal diga que o PT não saiba, hoje, conduzir o que eles conseguiram há anos lá atrás – nas lutas de Sindicato. Pessoal, a vitória só vem se correremos atrás.

Vou falar o que é: teve credenciamento. Mas vou falar de valores informados pelo Tribunal de Contas, no credenciamento. Temos documento aqui, onde a Prefeitura reconhece que o custo do menor carro é R\$ 7.900,00, e o maior é de dez mil e quatrocentos e alguma coisa. Tirou-se a média, colocaram oito mil. Reconhecem que é oito mil a média que temos de receber. Está aqui no documento. Um documento que foi extraído do material do credenciamento que está lá Tribunal de Contas, no processo. Está registrada folha por folha. É nesse processo que a Prefeitura reconhece que ela nos deveria pagar, no mínimo, pela média, oito mil reais.

Agora, pergunto à essa Casa, onde estão os condutores escolares do TEG, são poucos que ganham esse valor. Poucos. E assim mesmo é carro acessível, ou quem tem carro grande e está com sua lotação completa, talvez ganhe esse valor.

Mas a média que, ano passado, chegou a R\$ 5.500,00, hoje caiu para R\$ 4.000,00.

Se ela reconhece oito mil, por que só nos paga metade? Por que, hein? Quero deixar registrado isso para todos. Por que vamos receber só metade?

E, com esse credenciamento, vamos ficar, praticamente, sem trabalho, pois não vai ter como operar.

Estamos pedindo também, pessoal – tudo bem que encerrou o prazo, como o Dr. Daniel disse que acabou o prazo de informar as solicitações do ofício, lá no credenciamento -, que seja acrescentado – e isso foi solicitado nos questionamentos, só estou, aqui reforçando – que as crianças com necessidades especiais que demandam muito mais atenção do condutor e exigem muito mais do condutores – vejam, crianças que não cadeirantes, mas, sim, com necessidades especiais, que seja, pelo menos, nesse novo credenciamento, obrigatório o transporte em veículo acessível. E por que num carro acessível? Porque ele transporta dois cadeirantes por viagem e, em média, sete ou oito não cadeirantes. Assim, ele tem mais condições, pois tem uma monitora apenas para cuidar dessas crianças com necessidades especiais. O carro convencional não tem, pessoal. Tem de por lá 15, 20 ou 30 crianças, talvez, e mais uma criança com necessidade especial que precisa de muito mais atenção. E a remuneração é igual ao convencional.

Se, pelo menos, pagassem diferenciado, o condutor do convencional não ir se preocupar, pois teria trabalho, mas receberia por isso.

Então estamos fazendo um abaixo assinado – está com a nossa colega, ali, no canto - e quem quiser aproveitar para assinar, que tem carro acessível, mas quer exigir que seja remunerado diferente por transportar essa criança, queremos que seja remunerado igual cadeirante. Se o cadeirante for seguido assim – pois vai ter demanda do cadeirante, igual está aqui no edital – vejam: a Prefeitura mostrou uma coisa e fez outra. Falei que nós tínhamos que ganhar, pagar o nosso custo, que é 8 mil. Sabe como ela justifica o custo para um carro acessível ganhar 8 mil? Que você transporte 9 cadeirantes e 13 ou 14 crianças não cadeirantes. Aí, eu faço uma pergunta para a Educação, para a professora Maria Aparecida:

onde estão essas 9 cadeirantes e essas 14 crianças para serem transportadas no carro acessível? Em lugar nenhum hoje. (Palmas) No credenciamento, onde vai aparecer isso? Se não tem agora, como vai ter no credenciamento, gente? Ou seja, enrolaram o Tribunal de Contas, ninguém questionou isso, porque tirei cópia dos autos. Ninguém pediu a anulação desse edital, ninguém questionou o que a Prefeitura fez. A Prefeitura passou que existia uma demanda que não existe; ou seja, mentiu, não existe essa demanda. Talvez o DTP, na área de transporte, acredita que há essa demanda, mas a educação sabe que não há essa demanda.

Está documentado que a Prefeitura mentiu para o Tribunal de Contas, ela convenceu o Tribunal de Contas a aceitar 140 reais. Só que ela não informou que não existe a demanda. Eu li isso tudo e em nenhum momento está dito que a demanda não existe. Quando o Formiga disse, lá em 2002, que ninguém acreditava no sistema, que a Prefeitura iria pagar, muitos estavam certos, porque, num primeiro momento ela pagou, mas agora não paga. Tudo bem: pagar em dia não quer dizer que está sendo pago (ininteligível). Se naquele tempo a gente já ganhava 6 mil, 7 mil, por que hoje ganha-se menos? O seu gasto, o seu esforço, o material que é aplicado já dobrou de preço.

Então, deixo o meu questionamento: por que a Prefeitura reconhece um custo e não nos paga a nós esse custo? Pelo menos o custo mínimo, pois o que está colocado aqui é o mínimo. Era isso. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Obrigado ao Hélio. Passo a palavra para a representante da Secretaria de Educação, professora Maria Aparecida. Eu entendi que houve um questionamento, Sr. Hélio?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – A senhora entendeu, professora?

A SRA. MARIA APARECIDA – Acho que entendi. Ele está questionando o seguinte: se existe essa demanda ou não, até para que seja operado nesse valor. Não é isso?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Pessoal, vamos organizar? Se todos forem falar ao mesmo tempo, a gente não consegue avançar com a reunião. Quero ouvir a professora.

A SRA. MARIA APARECIDA – Vou tentar responder, Hélio, com base em uma situação com que me deparei nesta semana. Era uma solicitação de um carro para nós, e a diretoria apresentou uma situação de dois cadeirantes só por turno. Aí, ficou a dúvida: onde estão as outras 7 crianças? Porque se poderia transportar 9 crianças, e não apenas 2. O que temos que analisar? Em qual horário essa criança está sendo transportada? Se ela está sendo transportada em um horário regular, de ensino regular, nós podemos verificar e completar essa capacidade. Agora, se ela está sendo transportada em um horário de Cefai, em um horário de SAAI, muitas vezes nós não temos mais crianças para completar esse quadro; mas nós temos obrigação de atender aquelas duas crianças que precisam daquele atendimento.

Não sei se responde dessa maneira a sua dúvida.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MARIA APARECIDA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Só lembrando, senhores, que tudo o que estamos falando nesses microfones – tanto da Mesa como nos de apartes – é registrado em notas taquigráficas para, depois, fazermos os devidos encaminhamentos. Tudo o que for dito ficará registrado.

Convido o Sr. Josaiás Martiniano para fazer uso da palavra.

O SR. JOSAIÁS MARTINIANO – Primeiramente, bom dia a todos. Sou um transportador escolar da zona Sul. Quero registrar que, no caso desse credenciamento proposto, ele simplesmente é inviável para nós. Não contempla quase nada, a não ser a situação da Prefeitura, que teria os alunos transportados, só que, como foi dito anteriormente, por 3 mil, 4 mil, 5 mil condutores. Porque cada condutor pegaria 2 crianças, a Prefeitura paga 140 reais, e o resto você pega do “tio” particular – você vai lá e cobra da mãe dele. Ou seja, ela

transferiu uma responsabilidade que, até então, era de lotar os nossos carros, para nós mesmos. Foi isso que fez esse credenciamento. Eu vejo assim.

Tenho algumas perguntas para a professora Maria Aparecida. Qual é a demanda existente para transportamos? Porque o edital fala em uma quantidade de 56 alunos, mas isso não existe. Eu tenho um carro de 27 lugares, trabalho em uma escola de manhã carregando 14 alunos e à tarde, 5 alunos. (Palmas) Onde estão os outros, se está se falando em 56?

Segundo ponto: a responsabilidade desse credenciamento é da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação em nos passar a demanda. Essa demanda existe, ou é só mais um fantasma?

Outro ponto, agora para o Daniel. Como ele disse, há prazo para tudo. Qual o prazo que você dá para essa resposta dos nossos questionamentos? Você disse que tem prazo para tudo, só não disse em que prazo nos dará a resposta para nós. (Palmas)

Dra. Cristiane, como a senhora diz, na licitação, o Poder Público pode fazer contratos emergenciais – desculpe se me engano, mas não sou conhecedor -, e um contrato emergencial no máximo. Temos mais de 12 contratos assinados, mas a legislação tem que fazer 1! Por que a Prefeitura pode tanto e não podemos nada? Não pode, mas sempre se faz! Então, não vejo coerência nisso.

Outro ponto para a professora Maria Aparecida. Critérios de DRE: por que existe tanto diferença entre um critério de uma DRE para outra? (Palmas) Por exemplo, na DRE do Jaçanã. Podem-se fazer três viagens. Na DRE de Santo Amaro não pode. Não é um sistema só? Não é uma Prefeitura só? Não é um contrato só?

Necessidades especiais, como o amigo Hélio falou, as crianças com necessidades especiais têm necessidades especiais. Se elas fossem transportadas nos carros cadeirantes, seria melhor em função da logística dos bancos. Uma monitora no meio do salão consegue visualizar os outros bancos; em compensação, quando está em um carro convencional, está no primeiro banco e a criança com necessidade especial está no último. As outras crianças

agridem, batem, cospem. Como essa monitora chegaria até lá para acudir essa criança?

É só isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Agradeço o Josias pela participação.

Queria acrescentar que quando se fala em demanda, temos de lembrar o que diz que a minuta. A minuta dispõe que serão publicados quais serão os veículos e condutores credenciados na escola. Quem vai buscar a demanda é você. O pai é que vai escolher quem é o condutor. Isso é o que diz na minuta. Olha o risco de discórdia que pode acontecer. Será que vai haver barganha? Eu não sei o que vai acontecer. É um risco grande. O pai é que vai solicitar.

O poder Público acredita que seria beneficiar quem tem um vínculo mais próximo com aquele pai, mas nem todos os condutores trabalham na sua própria região. Quando abrir o credenciamento, você vai se credenciar pela sua região e não onde você está trabalhando hoje. No credenciamento você vai escolher uma escola próxima da sua residência. Isso não vai te dar uma relação mais próxima ao pai daquela criança que você transportava anteriormente. Pode acontecer barganha, discórdia e alguns carros lotados e outros vazios. É um risco muito grande.

Muito me preocupa o sucateamento da frota – mais do que está. Se eu pago agora por criança transportada e não tenho mais aquela fórmula de ano de veículo, vou comprar uma Kombi com até 10 anos de uso e posso colocar no sistema porque a portaria permite. (Palmas)

Vão competir com você que está com uma van em uma prestação louca e que, com o valor repassado, você não consegue assumir as responsabilidades tributárias. É um edital temerário.

Quero acreditar, Daniel Teles, que o Prefeito vai reconsiderar esses posicionamentos e vai tratar melhor o condutor escolar.

Este Vereador participou de uma CPI, nesta Casa, do transporte coletivo. Quem estava aqui naquela ocasião era um empresário de uma grande empresa de transporte

coletivo. Era o empresário da Mobi Brasil com mais de 600 carros na Capital. Ele disse para mim que o Atende dava prejuízo e que não tinha interesse no Atende. Eu perguntei a ele quanto a Prefeitura pagava por carro. Ele respondeu: “15 mil reais para o Atende. Falei assim: o senhor acha... Isso é uma posição de V.Sa”. ou uma posição do sistema, de todos os empresários. Isso é discutido na SP Urbanuss, o Sindicato dos Empresários do Transporte Coletivo. Anunciaram que eles não têm interesse no Atende a 15 mil por veículo. Imaginem o condutor escolar com quatro e quinhentos, cinco mil.

E se vocês abrissem mão do Atende e licitassem para quem tem interesse, o que vocês achariam? Estariam nos ajudando. Não temos interesse no Atende e fizemos uma proposta para o Prefeito Haddad e continuamos aguardando a resposta.

Passo a palavra agora para a Professora que foi questionada pelo Josias, depois o Daniel Teles e em seguida para a Cristiane.

_____ **A SRA.**_____ - Respondendo então, Josias, sua questão, cabe à demanda. Existe ou é fantasma. Parto do seguinte princípio, temos de trabalhar com aquilo que temos hoje de demanda transportada. Digamos que tenhamos todos os contratos rescindidos – Daniel, me ajude nisso - hoje, já que temos um credenciamento e entendo que teremos novos contratos, a demanda que temos hoje é de 69.105. Isso é o que temos hoje para ser transportado.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Sim. Fazendo o cálculo simples sim. Agora, temos também uma demanda que está saindo do CEI para a EMEI. Sabemos que as crianças de zero a três anos não são transportadas e serão ingressantes também no primeiro ano e também na EMEI.

Então temos aí uma demanda que é razoável, mas que também não podemos aqui quantificar. Não posso dizer que essa demanda vai ficar a mais de dois quilômetros ou a menos de dois quilômetros. Dizer para você aqui neste momento: nós temos “X” crianças seria

leviano da minha parte.

Então o que afirmo é que temos hoje de demanda é o que temos hoje transportados. É o que temos de fato. Em relação ao critério DRE diferenças, critério de uma DRE para outra, quero crer que acontece o seguinte: você tem lá uma necessidade, houve uma rescisão de contrato e você tem de acomodar aquelas crianças, não pode deixar sem o transporte. E aí verificamos quem tem a disponibilidade de transportar ou não. Você acaba fazendo a dobradinha. Não é isso que você falou?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Josias, nós fizemos várias construções nos últimos anos, então essa demanda realmente reduziu de 130, 120 mil para 69 mil, porque o foco é deixar a criança mais próxima de sua residência. E com essas construções diminuimos mesmo essa distância da casa da criança.

_____ - Manifestação fora do microfone.

A SRA._____ - Aí vamos entrar na situação de barreira física. Acabamos esbarrando na questão da barreira física.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Senhores, vamos evitar o debate para que todos tenham a oportunidade de falar, mas agradeço a participação.

A SRA._____ - Desculpa. Então, Daniel, não sei se você pode me ajudar a completar a resposta dele.

Mas em relação à demanda o que me preocupou mais foi dizer exatamente o que temos hoje, que é aproximadamente 70 mil crianças para serem transportadas. É o que temos.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Tem a palavra o Dr. Daniel Teles.

O SR. DANIEL TELES – Ouvi atentamente as questões. São duas situações diferentes. Primeira coisa é o contrato que está em execução. Temos um contrato que está sendo executado do transporte escolar. E há questões que estão sendo colocadas em relação ao contrato que está sendo executado. As questões específicas não podem ser respondidas

num plenário, precisamos analisar o caso concreto.

Então em relação às questões específicas ao contrato, estamos à disposição no DTP, todo dia estamos lá e recebemos os transportadores escolares e qualquer questão específica em relação ao contrato nós recebemos, analisamos e tomamos as decisões de maneira muito transparente, tranquila e essas decisões são publicadas.

Questões em relação ao contrato atual em execução, qualquer questão e qualquer pessoa pode levar ao DTP, não há problema nenhum. Estamos lá e atendemos todo mundo e todos aqui sabem disso, o DTP está aberto o dia todo atendendo as pessoas. Recebemos todos, e todas as questões apresentadas são analisadas com o maior carinho sendo encaminhadas de acordo com aquilo que a lei estabelece. Só podemos decidir de acordo com a lei vigente.

Então se há alguma questão aqui não dá para discutir no plenário. Vocês podem me apresentar no final da reunião, ou podem comparecer no DTP que vamos analisar com o maior carinho e vamos tomar a decisão que a lei prevê para aquela hipótese.

Em relação à medição dos serviços, todas que chegam ao DTP são pagas. Toda medição de serviço é paga regularmente dentro do prazo legal. Não temos problema com pagamento do TEG. Os serviços que são medidos, que chegam ao Departamento de Transporte Público, que tenham medição são pagos. Se alguém tiver alguma dúvida pode comparecer no Departamento e apresentar sua questão e vamos analisar.

Em relação à fiscalização, nós fazemos o serviço de fiscalização e o veículo que não estiver cumprindo, se estiver com qualquer problema vai ser abordado pela fiscalização e vai ser multado. Somos obrigados a aplicar a lei vigente e nenhuma lei foi revogada com o contrato administrativo que está vigente ou com um credenciamento que for implantado. As leis continuam vigentes. As regras precisam ser cumpridas, se alguém não cumprir será aplicada a medida legal, porque esse é o dever da Administração. Não tem como, é obrigação legal.

Então, assim, os contratos atuais estão plenamente dentro da legalidade. Todos

estão sendo cumpridos dentro da legalidade e toda a demanda, todo o serviço que é executado, é pago regularmente. Não temos essa questão de nenhuma confusão sobre pagamento. Se alguém tem algum ponto específico de um contrato específico, compareça no DTP, apresente a questão objetivamente e analisaremos e faremos aquilo for previsto em lei.

Do ponto de vista da minuta de credenciamento, o Poder Executivo, quando publica um ato, se vincula àquele ato. É isso que, às vezes, alguns, talvez, podem não estar entendendo.

Então, assim, quando o Poder Executivo publica um ato, ele se vincula àquele ato. Então, nós, do Poder Executivo, publicamos um ato de consulta pública e estabelecemos um prazo para a consulta pública. Estamos e constituímos uma comissão para analisarmos os resultados dessa consulta pública. Nós nos vinculamos a esse ato jurídico. Acho que isso todos conseguem entender.

As questões apresentadas na consulta pública serão analisadas. Se houver alguma questão que, do ponto de vista legal, ainda precise ser corrigida, vamos corrigir. A comissão vai dar o parecer e a comissão não vai... Qual administrador público que vai manter, ou vai tomar qualquer iniciativa se ficar demonstrado que aquilo não é possível, do ponto de vista legal. Ninguém fará isso.

Agora, o problema é que temos uma fase de análise do que foi apresentado, de consulta pública, e as pessoas estão querendo que respondamos antes de um parecer da comissão! Não dá! Lamento que esta audiência não tenha sido marcada dentro do prazo da consulta pública, porque, aí, poderíamos responder. Agora estou vinculado, o Poder Público está vinculado ao ato que ele publicou. E as questões que estiverem colocadas para o Poder Executivo analisar nessa consulta pública, todas estão sendo analisadas e serão posicionadas.

Em relação à questão do Tribunal de Contas, falei para vocês que por várias vezes o Tribunal mandou documentos para o Poder Executivo e o Poder Executivo respondeu e fomos superando cada item. Todos os itens que foram apontados, foram superados. Antes de

publicar a minuta do edital de credenciamento, submetemos à análise do Tribunal de Contas. Então, antes da publicação, ela foi apresentada ao Tribunal de Contas. Só após o Tribunal de Contas nos devolver, dizendo que estava de acordo com aquilo que havíamos respondido é que publicamos a minuta.

Então, não existe dúvida quanto a isso e tenho no Departamento de Transporte Público os documentos do Tribunal de Contas. Não os trouxe aqui hoje porque não imaginei que alguém solicitaria.

Está à disposição do Poder Legislativo. Se o Vereador quiser, ou qualquer um de vocês quiser cópia, pode consultar no Departamento e apresentaremos o documento legal que foi apresentado. Não há problema algum. Agora, não havia sido solicitado para que eu trouxesse cópia de todo o processo aqui para a audiência hoje. Se tivesse sido pedido, eu teria trazido.

O DTP justamente está trabalhando para superar todas as impugnações que foram feitas e é a primeira vez que o Poder Executivo consegue superar todas as impugnações que foram feitas.

Então, algumas impugnações não procedem. Estamos trabalhando dentro da legalidade, dentro dos princípios legais e cumprindo o rito processual.

Não posso, aqui, antecipar decisões que dependam da conclusão da análise da consulta pública. Por que não posso fazer isso? Porque publicamos um ato e nós, enquanto Executivo, quando publicamos esse ato, nos vinculamos a ele. Não sei se vocês conseguem entender isso.

Então, todos terão resposta dos 66 documentos que foram apresentados. Só não posso aqui, nesta audiência, antecipar qualquer posicionamento porque estaria infringindo esse ato que o Executivo praticou. Então, espero que haja compreensão.

Nos próximos dias já estaremos finalizando essa data. Não quero dar uma data específica, mas posso dizer que estamos trabalhando firme na análise desses documentos e

precisamos fazer uma análise criteriosa. O nosso interesse é que o edital saia da melhor forma possível. Que o edital saia perfeito, sob o ponto de vista jurídico e, para isso, precisamos agir com muita cautela, com muito critério.

De imediato, são essas as considerações que tenho a fazer, Sr. Presidente.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis

O SR. DANIEL TELES – Então, não fixamos uma data. Agora, estamos trabalhando para fazermos isso o mais rápido possível. Já gostaria de poder ter trazido aqui, porque, aí, o nosso diálogo seria mais proveitoso. Mas a análise está sendo feita e finalizaremos isso nos próximos dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Passo a palavra à Dra. Cristiane, em razão do questionamento feito pelo Sr. Josias.

A SRA. CRISTIANE – Contrato emergencial. O artigo 24, IV, da lei de Licitações, estabelece o prazo máximo de 180 dias, não podendo haver prorrogação. Só que, a primeira aula de Direito que eu tive, o professor já dizia: “O Direito não é matemática. Por isso, existem interpretações divergentes”.

Nesse sentido, até o Tribunal de Contas da União já se manifestou, que caso persista a emergência – e persiste, porque as crianças não podem parar de ser transportadas – que deu origem a essa contratação emergencial e que deve ser cabalmente demonstrado. Enfim, isso é visível. O contrato não pode ter solução de continuidade, não pode parar. A solução será a celebração de um novo contrato, e aí conta de novo os 180 dias. Não é o mesmo contrato, são novos contratos. Os valores são os mesmos. Mas como é formalizado um novo contrato, o Tribunal de Contas da União entende que não é o mesmo contrato, e aí pode, por mais 180 dias. E aí fica eternamente prorrogando. Só que o Ministério Público, que é o órgão fiscal da lei, tem uma representação tramitando, que vimos acompanhando... porque a Administração Pública deve observar o princípio da eficiência. E o que acontece que a

Administração Pública, desde 2007, não consegue publicar um edital de licitação eficiente? Várias audiências públicas já foram feitas. vocês já compareceram a várias. O Tribunal de Contas já se manifestou. Mesmo assim, prosseguiu. O judiciário teve que anular a licitação de 2007, todo o certame. Todas as ponderações foram discutidas, e suplicou-se ao Poder Executivo que as observasse. Então não sabemos qual é a finalidade. É continuar de forma emergencial *ad eternum*, para pagar essa mixaria que vem pagando para vocês? (Palmas)

Acho que respondi a questão.

P – Agradeço à Dra. Cristiane. Vamos atender a sugestão do diretor Daniel Teles, quando pede uma nova audiência pública após as perguntas serem respondidas na consulta pública. Acredito que iremos afunilando até chegar à licitação. Após a comissão avaliar todos os questionamentos que nós, como um todo, fizermos na consulta pública, vou fazer encaminhamento na Comissão de Finanças para que se aprove uma nova audiência pública após a consulta. E essa audiência pública somente saiu em razão de uma minuta publicada, uma vez que o Tribunal de Contas apontou os valores, que permaneceram na minuta, os quais deveriam ser corrigidos, como a Dra. Cristiane anunciou, e deveríamos entender por que não foram ajustados? Então é o que se obteve com a audiência pública na Comissão de Finanças. Mas não tem problema. Faremos uma nova audiência pública após mais informações.

Chamo para fazer uso da palavra a condutora escolar Lucélia Vieira.

A SRA. LUCÉLIA VIEIRA – Bom dia a todos. Eu não sou condutora, eu sou mãe de uma criança. Vim porque gosto muito desse serviço, que são transportados por condutores. Fomos forçados a ir para a escola pela diretora, que nos disse que ou aceitávamos tirar as crianças da escola ou o perderíamos o direito ao transporte. E eu fico indignada com isso, porque na hora de pedir votos ninguém fala vai tirar o nossos direitos. Então estamos participando de todas as reuniões, eu e a Leila, da comunidade. Já fizemos abaixo-assinado, que mandamos para o Conselho Tutelar, para o Ministério Público. Estamos lutando por nossos direitos, porque os condutores eram presentes, e de repente vamos pegar um

transporte escolar com um condutor que não conhecemos. E com os da Prefeitura temos confiança. São condutores que conhecemos há um tempo.

Meu filho já está na escola há quatro anos. Quem colocou lá foi a Prefeitura. Por que temos de colocar perto da nossa casa, se nosso filho já está acostumado à escola, já está acostumado com o condutor? Temos de tirar, ficar sendo jogado de um lado para o outro? Nosso filho é de quê? De cachorro? (Palmas) Não é filho de cachorro, que joga para um canto ou para outro. Porque até os cachorros, na rua, se ligarmos lá, não tem para colocar. Temos que sacrificar por conta, porque eles não vão buscar. E a mesma coisa está acontecendo com a gente. Aconselho a colocar o seu filho próximo da nossa casa, para a senhora ver como está. A escola não presta. Nossos filhos já, graças a Deus, foram colocados pela Prefeitura, então tem que continuar. A escola não tem transporte perto. Tem uma mata, que a Matarazzo. E é muito difícil transporte ali para levar. Eu perdi o meu emprego – estou levando meus dois filhos, que um estuda do lado do outro, até por causa das reuniões. O condutor era excelente, nos avisava de tudo da reunião, sempre estava ali. Eu não sei por que fizeram isso. É uma maldade. (Palmas)

P – Agradeço a participação da Sra. Lucélia. E queria deixar registrado que o que a Sra. Lucélia mencionou veio ao encontro do meu pronunciamento inicial, quando disse que diretoras forçavam mães a assinar declaração. Esclareço que a senhora não tem vínculo nenhum com este Vereador. Eu nem sabia que a senhora iria se pronunciar desse jeito. Mas foi uma informação importante para mostrar para a professora. É fato o que vem acontecendo. E o que a senhora acaba de mencionar é o que se publicou no dia 26 de fevereiro de 2014 no jornal: “*Mães protestam contra falta de van escolar*”, “*Haddad corta perua escolar gratuita para estudantes*”, “*Mães dizem que Prefeitura quer cortar perua escolar*”. E quem trabalha com transporte escolar sabe que isso é uma verdade, é um fato. Essas são matérias divulgadas em datas diferentes: 26 de fevereiro, 12 de fevereiro, 4 de novembro do ano passado.

Passo a palavra ao Sr. José Ribeiro, condutor escolar em Pirituba.

O SR. JOSÉ RIBEIRO – Meu nome é José Ribeiro, de Pirituba.

Acredito que todo munda tenha uma pergunta, e cada pergunta leva a sua questão pessoal. Mas a minha pergunta é quanto ao edital de credenciamento. E gostaria que a área da educação, do jurídico, os representantes da Câmara e o Dr. Daniel analisassem a minha pergunta.

No edital de credenciamento está escrito: “Caso não haja demanda de condutor escolar para prestar o serviço” – porque vocês concordam que nesse valor vai faltar condutor, concordam? No valor escrito, vai faltar condutor, não vai? Lá está escrito de forma bem clara que, nessa falta, será acionado o Atende. Aí eu pergunto: a Prefeitura não quer pagar oito mil, que está no próprio esboço, então como vai pagar 15 mil para o Atende? Concordam que vai faltar Atende? Por acaso existem dois mil carros do Atende? Se existe, é na área de São Paulo inteira? Estou certo ou estou errado?

Outro lado que eu vejo, e vocês podem confirmar se eu estou certo ou se eu estou errado: o condutor que faz particular, conforme planilha do DTP, consta que o preço varia de 45 a 400, e entendo que vá até 1.200 na área dos Jardins. Procurem lá que vocês vão encontrar de 1500. O condutor que cobra 45 reais, como está na planilha, vai chegar e falar para a mãe do aluno: “Se a senhora me escolher, eu vou devolvo 40 paus para a senhora”. Vocês concordam ou não concordam? E já que isso está sendo registrado, dou meu nome, CPF e telefone. Sei que vai acontecer. Então não entendo. Não sou contra o modelo de edital com credenciamento. Acho que tem que ser por aí. Só que o que não dá para entender é ficar discutindo, discutindo, discutindo, e a Prefeitura coloca lá: “Se você quiser trabalhar por quatro mil reais, miserável, eu aciono o Atende e pago 15 para ele. No segundo mês, ele não vai querer trabalhar por esse valor, eu dou 30 para ele”.

No início dos veículos acessíveis, que não existiam, a Prefeitura de São Paulo chamou o Atende para fazer esse serviço. O jurídico, a educação, o DTP têm esses valores. Eu não tenho esses valores, mas me falaram que quando foram acertar a conta com o setor das

empresas do Atende, o valor foi absurdo. A pessoa não me falou o número, mas disse assim: “Pense num valor que você queria ganhar, multiplique por dez. Esse foi o valor que a Prefeitura pagou para o Atende no início” O que aconteceu? Não dava para a Prefeitura continuar com o valor, então chamaram a Cobrate, que arrumou uns carros, com um valor que já existia para pagar.

Então o que não dá para entender é como vamos manter esse valor oferecido, sendo que todo mundo aqui entende que não vai dar para trabalhar por esse valor. A representante da educação vai ter problema. A própria educação sabe que o edital, dessa forma, vai dar problema. E por que continuar no problema?

Por que não vemos como está na consulta lá da planilha de custos, que diz que um condutor, no mínimo, tem que ganhar oito mil e alguma coisa? Por que não paga os oito mil e alguma coisa, carro fechado? Se a educação tiver uma criança por condutor transportar, ele não vai reclamar, porque ele vai gastar os oito mil para transportar aquela criança, e, se tiver as 27 crianças por período, também vai gastar esse valor. Como que o edital de 2007 apresenta 9.900 durante os 12 meses, fixo, para um carro acessível, para transportar quantas crianças tivesse, e hoje querem pagar... Eu tenho carro que transporta três – três vezes sete, vinte e um. Com 2.100 não paga o combustível, não paga o motorista e não paga o monitor.

Acredito que a Prefeitura está caçando – como o Dr. Daniel disse aqui, que nós somos bem vistos – que nós somos bem mal vistos, para falar: “acabou o transporte escolar, porque eles andam com pneu careca, porque eles andam com isso irregular, etc. Então a Prefeitura foi obrigada a acabar com os condutores porque eles não prestam mais”. E não prestam mais por quê? Porque não fomos reconhecidos. Essa é a minha colocação. Como que vocês vão chamar o Atende para fazer a falta dos condutores e vão pagar 15 mil para eles?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Eu queria só esclarecer ao Sr. José Ribeiro que esses 15 mil reais já são recebidos pelo Atende, já está na composição da planilha de

transporte. E eu esclareço que todos nós sabemos, a sociedade como um todos sabe, que não existe vaga no Atende. E outra: o Código de Trânsito Brasileiro, em seus artigos 136 a 139, proíbe o Atende de fazer transporte escolar. Foi um equívoco muito grande de quem elaborou a minuta. O Atende não pode fazer transporte escolar, porque não atende as regras da lei federal. O Detran tem que autorizar o veículo a fazer o transporte escolar – o Poder Executivo. E detalhe: tem que ter faixa, credenciamento, vistorias semestrais. Fica totalmente inviável o Atende fazer o transporte de escolares caso não haja demanda de condutores. Isso é inquestionável. Eu nem quero discutir esse ponto da minuta porque é impossível o Atende fazer o transporte de escolares.

Neste momento encerro as inscrições, porque o nosso prazo já se está se esgotando. Mas temos ainda quatro inscritos.

Passo a palavra ao Sr. José Josemiro.

O SR. JOSÉ JOSEMIRO – Bom dia a todos. Eu fico até surpreso de ver tanta gente aqui. Vocês podem ver que as cadeiras estão até afastadas, porque assim, na foto, pode falar “olha quanta gente tem”, porque, se juntar, só ficava esse pedaço. Em 2007, fizeram até fila lá no Pacaembu. Você viu como tinha gente. Sabe o que está acontecendo? Ninguém mais está acreditando. Com esse edital, para fazer esse credenciamento...

Eu mesmo fui comprar uma lata de Aptamil para o meu filho, que custa 65 reais, e tive que parcelar no cartão porque não tenho dinheiro. Todo mundo já falou aqui: é pneu; é diesel; é monitor que já está trabalhando há um ano, sai e coloca o condutor na justiça, que ;ai tirar 15 mil; é prestação, etc. O condutor não precisa se vestir? Não precisa comer? Pagar aluguel? Hoje tudo se paga. O meu convênio médico é mil reais – para mim, minha esposa. Pago. Mas sabe por que eu pago? Porque eu trabalho desde os dez anos de idade.

Eu já estou há bastante tempo no transporte escolar. Eu vou num CEU onde tem 700 crianças, com meu carro, que tem 23 lugares, e me falam que não conseguem encher um carro de 23 crianças. Lá existem três unidades dentro do CEU. Fui falar com a Diretora

Rosângela, cuja unidade também é Rosângela, mas ela não quis me atender. Perguntei se havia demanda e ela me respondeu que não, aliás, nem foi ela e sim uma pessoa da Secretaria. Como um CEU não tem demanda?

Tudo o que estou falando já foi dito, mas não concordo. A Justiça funciona para o rico. Agora vai você dar toda sua documentação no credenciamento e quando olha o que tem de pagar: 140 reais, pensa em desistir. A Prefeitura vai colocar seu nome no Cadin, porque você não vai ter 5 mil reais para dar baixa. A Doutora falou que é inconstitucional, não é? Mas a Justiça é lenta e para o pobre, pior ainda.

Tenho 23 crianças, tenho nove, somando com 140 reais vai dar para pagar minha prestação? Meu carro é de 2006, eu não tenho como pagar 2.500 reais. E o seguro? São sete mil, em dez vezes, fica quanto?

O caso é quando se chega à escola nos informam que não há demanda. Como não tem demanda? É fácil uma mãe perder o emprego e precisar sustentar sua família? Como foi mencionado, são dois mil metros. Tudo bem. Pega uma criança de quatro anos e anda 2km com ela no colo. Entendeu? Não dá. (Palmas)

Eu estava em outra EMEI, o Sr. Diretor da DRE, como mencionaram aqui, o sistema não é único, por que há diferentes tratamentos de DRE? Tiraram a barreira física. Todas as crianças daquela comunidade foram retiradas. O Sr. Daniel disse que não tinha como discutir determinados assuntos porque o contrato seria outro. Mas quem está pagando minhas contas é esse contrato. Não é o que está vindo. E outra, ninguém sabe se vai impugnar. Tenho certeza de que esse contrato vai ser impugnado e esse pessoal não está acreditando, por que quantos condutores o TEG tem? Todo mundo não teria de estar aqui? Porque não acreditam mais no sistema.

A gente recebe bastante elogio, mas elogio não enche barriga de ninguém. O que vai encher minha barriga é o dinheiro chegar ao fim do mês para eu sustentar minha família e pagar meus custos. (Palmas) Sinto vergonha de trabalhar no sistema e receber 5 mil reais, ter

de pagar tudo e a monitora dizer que tenho de pagar um salário-mínimo. Ninguém mais é bobo. Esta aí a lei das empregadas domésticas. Engloba tudo.

Independente se uma pessoa trabalha uma ou duas horas, ela tem de ganhar um salário digno. Como você vai pagar um salário digno para aquela pessoa se você também não recebe? Ela vai trabalhar seis meses e vai procurar a Justiça.

Todo mundo estava lá fora, viemos para cá e daqui a pouco a gente estará fazendo a audiência pública na sala do café, porque não vai caber. É verdade, porque ninguém está mais acreditando no sistema, entendeu? Todo mundo está aqui por interesse próprio. E agora vem o Poder Público, representante da Câmara e eu participo de quase todas as reuniões, mas hoje vim falar, porque eu não acredito mais. Está todo mundo aqui, foi gravado, vocês falaram, é o Atende, é isso e aquilo, enfim, eu não entrei ontem no TEG. Não entrei ontem. Já estou acompanhando o sistema há muito tempo. O meu problema é o que o recebo. Seu tivesse recebendo salário digno, não estaria aqui não. Não estaria aqui reclamando. Aqui estamos reclamando o salário digno para... Eu não quero, também chegar, e falar: eu recebi do TEG, meu carro está ordem. Eu preciso passear. Tenho certeza de que a maioria está no ar condicionado, está viajando para fora, está fazendo sua comprinha em Orlando. E o condutor precisa comprar roupa lá no Brás? Não. Está errado. Porque eu preciso comer feijão, arroz e ovo? Não posso comer melhor? Não! Posso porque sou condutor do TEG, meu salário é pouco. Porque a minha DRE não enche meu carro, e a DRE lá de socorro consegue dar quatro períodos com transportador? Porque o carro de uma criança que poderia ir ao convencional, está indo para o cadeirante? Por quê? Isso aqui é só um alerta. Tenho certeza que se isso mudar, eu venho aqui dizer: parabéns para todos. Por quê? Em 2007, 2012, vocês fizeram. Vai ser o credenciamento. Saíram todos os condutores no DTP, 45 reais para pegar aquele papel. Espera aí. Não prova que sou transportador. Não está todo meu cadastro lá. Porque tenho de pagar 45 reais em um papel para provar o credenciamento? Acabou. Onde está sua documentação? Daqui a pouco vai tudo para reciclagem. Agora vai pedir toda a documentação

de novo. Vai sair esse edital, geralmente em dezembro que estava todo mundo viajando aqui. A maioria estava viajando. Foi obrigado a vir correndo para mostrar o credenciamento. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Agradecemos e entendemos o seu pronunciamento, sua indignação, o que o senhor comenta aqui é uma realidade. Entendemos sua indignação. Em razão de todos esses custos que você menciona aqui no transporte escolar gratuito a minuta prevê no 4.2, que há qualquer momento a administração pública para aperfeiçoar o sistema pode criar um sistema de GPS, quem paga? Apenas lembrar que os validadores do transporte coletivo, quando mudou o sistema quem pagou foi empresário. Quem pagou foi o cooperado e não foi pouco para ajustar o sistema.

Com a palavra o Sr. Vicente Gomes.

O SR. VICENTE GOMES – Boa tarde a todos. Meu questionamento é com a Sra. Maria Aparecida da aérea da educação. Sou ex-condutor, que o formiga tem coementado, estou transportando 23 crianças. Meu veículo tem capacidade para 20 lugares, e para o TEG 18 e ano passado eu transportava 26 alunos e minha remuneração era uma média de 5.400 reais. Esse anão, logo no início fui comentar na Secretaria na DRE, e segundo as meninas, falaram assim: Seu Vicente, deixa vir a ordem de serviço que provavelmente você vai ganhar como mista especial. Falei que tudo bem, chegou o dia de receber veio quatro mil e quinhentos reais. Fui comentar com ela, que disse: não tem como, Sr. Vicente, porque você está com uma viagem com 14 crianças, outra com nove e não tem como pagar mista. Disse que no ano passado eu recebia, inclusive, o Formiga me deu uma força, falamos com o Amando e foi quando eles autorizaram o pagamento.

Fui ao TEG esta semana e fiz um relatório. Falei com o David e estou esperando porque não tem condições, quatro mil e quinhentos reais, e pago uma prestação de dois mil e seiscentos reais, mil reais de combustível porque transporto quatro crianças de Perus até o Damasceno. São 30 quilômetros. Falei que estava pagando para trabalhar e não sabia o que

fazer. Aí ela falou para mim: Sr. Vicente, o que as crianças têm a ver com o combustível? Falei para ela: então me remunera porque estou transportando.

Como a senhora falou, que a criança tem de estudar perto de casa. Falei para ela arrumar vaga para essas crianças estudarem perto de casa. Ela falou que se eu não fosse pegar as crianças teria problemas quando fosse renovar o próximo contrato. Falei que com o que estava recebendo não ia perder nada. É uma grande realidade. Ela falou que ia ver e até agora nada.

Então fiz um relatório no DTP esses dias, falei com o David e ele me mandou fazer um relatório. Coloquei tudo lá, porque pago quinhentos reais para a monitora; mil reais de combustível porque ando 120 quilômetros por dia. Pagam trezentos reais de combustível por mês e eu gasto trezentos por semana. Era para tirar pelo menos cinco e quatrocentos, porque pago quinhentos de monitora, mil de combustível, dois e seiscentos o carro, estou comendo o que? Imaginem. Fora as minhas crianças. (Palmas)

A respeito do credenciamento, essa pergunta é para a doutora que está representando o Ministério Público. O MP não tem como estipular um valor, porque a 140 reais não tem como mesmo trabalhar. Se eu estou recebendo esse valor hoje, por esse preço não tem como se manter. “Esse tanto de crianças que estou transportando a 140 reais, vou tirar três mil e duzentos”. É menos.

Então não tem como o Ministério Público estipular um valor: paga tanto, porque na realidade, já foi falado várias vezes que o TEG vai acabar porque esse projeto do vai e volta e do PT, da época da Marta. Na época tinha valor, a gente ganhava mais ou menos. Agora hoje não. Na gestão passada eu tirava cinco mil e oitocentos e agora estou tirando menos. Quando o Prefeito Haddad entrou, que houve esses aumentos, provavelmente 20%, que ele prometeu dar quatro pneus e não deu. Deu setecentos e depois de umas brigas e uma passeata que fizemos, deram mais 11%, o que chega a uma média de mil e quatrocentos reais, mas se eu tirava cinco e oitocentos na época do Kassab, com mais mil e quatrocentos não era para tirar

quase sete mil? Por que estou tirando quatro e meio com um veículo que custa cento e trinta mil reais?

Acreditei quando o Haddad entrou e falou que ia melhorar, que era projeto do PT e não sei o que. Várias vezes os assessores dele foram lá onde moro, em Pirituba, fazer reunião e prometendo que ia voltar como era na época da Marta, que era projeto da Marta, que ia melhorar. Melhorou só no diálogo, a remuneração caiu. Essa que é a grande realidade. E não entendo por que eles não remuneram. É a política. Se eles pagam nós vamos fazer campanha para eles, mas não. É uma grande realidade. Se não melhorar temos de trabalhar contra. Essa é a verdade.

Então é isso que quero saber. E principalmente sobre as crianças que estou transportando, porque estou quase desistindo. Estou pagando para trabalhar. Agora me ofereceram uma criança para pegar lá em Perus e trazer aqui perto do Emílio Ribas. Trinta e poucos quilômetros. Vou pegar porque estou precisando, mas quanto vão me pagar? Quero saber quanto. Aí fui até lá, falei com o David, com o financeiro e eles falaram: você receber uns oitocentos reais, inclusive, Sr. Vicente, vai lá porque o DTP e nós, são duas línguas. A Rosana da DRE de Pirituba falou isso para mim: nós falamos duas línguas, porque nós pagamos e eles falam que está errado.

Inclusive, no DTP falaram para mim: o que a DRE nos passar nós pagamos. Então é isso que quero saber. Então vou receber isso aqui. Se chegar no dia de receber e não vier esse valor, porque na minha conta deu 800 reais, se não vier 800 reais eu não vou carregar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Tem a palavra a Sra. Orinildes Vieira Andrade, Condutora Escolar.

A SRA. ORINILDES VIEIRA ANDRADE – Boa tarde a todos, sou de São Miguel e quero reiterar o que foi falado, mais precisamente a respeito da demanda, porque demanda tem, Dona Maria Aparecida e os demais da Mesa.

Não venham com a história de que não tem demanda. Demanda tem. O que barrou a nossa demanda é uma portaria sobre a qual ninguém falou. É a portaria nº 52, que foi editada acho que em janeiro. Infelizmente não estou com ela em mãos, mas essa portaria, peço a Dra. Cristiane que dê uma olhada, porque ela tem duplo, triplo entendimento. Li e até entendi o posicionamento da Diretora, dá a entender que é para atender somente quem mora acima de dois quilômetros, mas em outro artigo já fala que não, que tem a barreira física que é tudo o que traz perigo para a criança.

Trabalho em uma escola desde 2002. Em 2013 eu transportava 86 crianças, está aí o meu demonstrativo para quem quiser ver. Em 2014, devido à portaria, fui informada de que não dava mais para fazer a dobradinha e seriam duas viagens, que é o que cabia no meu carro, 46 crianças. Tudo bem, está ótimo. Chegou 2015. Chegou o dia: “Olha, é o seguinte, tem uma portaria, a gente vai seguir essa portaria à risca, e você só tem 8 crianças”. Era eu e outro condutor lá. Aí, eu já dispensei o outro condutor, ele tem que procurar outra escola, e ficaram essas crianças que têm laudo médico e distância. “É o que ficou para você transportar. Você vai querer ou a gente tem que chamar outro condutor?”. Doutora, trabalho na região há 13 anos! Toda comunidade me conhece. Eu iria deixar essas 8 crianças para outro condutor? Não! Fui obrigada a transportar essas 8 crianças e as estou transportando. Fui a São Miguel, relatei o problema ao Sr. Miranda, e ele: “Ah, não tem demanda”. Como não tem demanda uma escola que tem 2 crianças? O que aconteceu com as crianças que eu o outro condutor transportávamos? Essas crianças não foram para outra escola, permanecem na mesma escola, pagando transporte escolar sem poder. Há mães que perderam o serviço por isso. Eu tenho tudo registrado, faço relatório de tudo.

Para resumir, porque há muita coisa: o motivo da falta de demanda é simplesmente a portaria, porque ela duplo entendimento. A diretora que entender que é para transportar criança a 300 metros porque tem uma avenida perigosa, está certo, está dentro da portaria. A diretoria que interpretar que é para transportar só a 2 mil metros, também está certo. Então,

tem que ser resolvida essa portaria, porque todo esse problema que está acontecendo foi ocasionado pela portaria.

Mesmo hoje há uma desigualdade absurda no TEG, tanto para o condutor como para a criança. Vamos primeiro falar da criança. Você só pode atender uma criança a partir de 2 km. Eu atendo.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Sra. Aurenildes, um minuto para concluir.

A SRA. AURENILDES VIEIRA DE ANDRADE SERRA – O.k. Atende criança cujos pais têm carros, que moram em um belo sobrado, mas que mora a 2 km da escola. Então, ela tem direito. As crianças da favelinha que eu transportava vão a pé, eu passo por elas com meu carro vazio. E eles: “Tia, não vai nos levar mais não?”. Infelizmente, não posso, e isso é um absurdo. Espero que vocês revejam isso.

Quanto ao credenciamento, fui e sou a favor. Porém, tem que ter igualdade para a criança e para o condutor. Como? Estipula-se a quantidade de crianças, que a escola é obrigada a passar ao condutor para transportar. Ela é obrigada, tem que estar no contrato. (Palmas) Porque, se não obrigar, ela não vai fazer isso, porque diretora nenhuma quer TEG. Se você colocar lá no contrato ou no edital que a escola é obrigada a passar ao condutor 100 crianças, acabou o nosso problema. Tenho certeza de que todos aqui ficarão contentes se tiverem que transportar 100 a 140 reais. (Palmas) Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Obrigado, Aurenildes. Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Fonseca Marques.

O SR. LUIZ CARLOS FONSECA MARQUES – Boa tarde a todos. Serei breve, porque acho que o pessoal já disse praticamente tudo.

Voltando à pauta do edital do credenciamento, sobre as crianças de SAAI especificamente acho que ainda não se falou. Refiro-me às de SAAI que vão para APAE, Rimas (?), CIEJAs, essas crianças especiais. Creio que um grande número de condutores está com essas crianças hoje fazendo só esse tipo de trabalho. Nesse novo edital de

credenciamento, essas crianças não são nem citadas. Elas são citadas como crianças normais. Essas crianças vão para associações específicas que são longe. Tem criança que atravessa a Cidade para chegar a APAE ou CIEJA. Essas crianças são tratadas como 140 reais também nesse novo edital.

O que vocês acham disso? O condutor consegue transportar duas ou três no dia trabalhando o dia todo e, às vezes, rodando até 100 km para carregar duas ou três crianças. Elas estão sendo englobadas como todas as outras. Não estão como especiais, como cadeirantes e nem nada. Como fica essa situação?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Agradeço a participação.

Encerrada a discussão. Passo a palavra para a Dra. Cristiane para as considerações finais.

A SRA. CRISTIANE – Só retificando, acho que não fui bem clara, eu sou agente pública, mas lotada na Câmara Municipal. Por ter a Câmara atribuição fiscalizatória, a gente acompanha também o trabalho do Ministério Público, que é órgão fiscal da lei e acompanha a representação que tramita lá.

O Direito é muito burocrático e o Promotor vem colhendo informações. Ele tem competência de discernir se é caso ou não de ingressar com uma ação civil pública reivindicando do Poder Judiciário a cobrança de responsabilidades no caso de improbidade administrativa, inobservância de princípios constitucionais tal como a legalidade e a eficiência.

Foi essa a questão dirigida a mim e vou ler com atenção essa Portaria 52. A legislação é muito vasta e eu não me recordo desse ponto. Eu me comprometo a isso.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Agradeço o pronunciamento da Dra. Cristiane.

Tem a palavra a Prof^a Maria Aparecida.

A SRA. MARIA APARECIDA – Vou levar todas as reivindicações de vocês. Tenho certeza que receberemos depois, não é, Vereador? Será encaminhado para nós. O Daniel está

ai para representar a questão do credenciamento.

Sobre a Portaria 52, se não me engano, ela fala da questão dos dois quilômetros e, a seguir, ela diz o seguinte na questão das barreiras físicas. A barreira física é prerrogativa da escola também analisar isso. Acho que é esse ponto que você ficou em dúvida.

Nós também seguimos a Portaria, seguimos a questão da quilometragem, mas estou levando para minha chefia todas as falas. O Sr. Vicente, de Pirituba, é um caso pontual e eu gostaria de conversar depois com o senhor até para saber mais detalhes, anotar e poder conversar com a Dri.

A mãe que também está presente, eu não sei se o David já encaminhou esse expediente para nós, mas independentemente disso gostaria que a senhora me passasse os dados. Eu levo à Secretaria, vamos analisar e a gente entra em contato.

Agradeço pela oportunidade. Desculpem algumas respostas que esse momento eu não tenho e espero na próxima audiência que seremos chamados, teremos respostas que nesse momento eu não tenho e espero na próxima audiência que tenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Tem a palavra o Sr. Formiga.

O SR. FORMIGA – Agradeço essa oportunidade por esta Mesa ter um condutor escolar, falo em nome da categoria. Professora Maria Aparecida, é uma questão cultural a dos dois quilômetros. A senhora mesma fez menção dos dois quilômetros em algumas oportunidades. É muito difícil tirar a cultura de todos esses anos da questão dos dois quilômetros. Quero sugerir que seja feita uma reunião com as DREs e com as diretoras das escolas dando ênfase aos demais critérios, por exemplo, menor de idade, por exemplo, condição socioeconômica e barreira de percurso. Por que se todas às vezes que vocês falarem com esses diretores que a questão são os dois quilômetros, vai ser dois quilômetros a vida inteira. O que falta é quebrar a barreira cultural da educação, eles precisam saber que não é critério único, é um dos critérios e imaginar esse diretor, que se fosse o filho dele, o que ele faria: atenderia ou não?

Para finalizar, vínculo da criança, do pobre é igual ao vínculo da criança do rico, o vínculo da criança com a escola e com o condutor tem de ser considerado, não podemos ficar nos dois quilômetros. O vínculo, a quebra, a perda dessa criança, nós somos referência em muitos casos do pai que não está na casa, daquele tio que abusa da criança. Somos referência em educação, esse vínculo é importante sim, ele é muito mais importante que dois quilômetros.

A questão dos oito mil, me permite discordar do condutor que falou, oito mil são os custos. Não queremos oito mil, nós precisamos ir para o dentista, fazer manutenção e melhorar o equipamento, oito mil é para não ter de fazer frete, é para não ter de fazer frete de igreja, é para não ter de fazer coisa errada. É para empatar. Agora, temos necessidades iguais a quaisquer seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Tem a palavra o Sr. Lauro.

O SR. LAURO – Obrigado pela presença de todos. Quero dizer para a mãe que está brigando pelo direito do filho dela que recebemos no ano passado uma comissão de dez mães de São Mateus pedindo transporte para o filho e ouvimos exatamente isso que a senhora disse. A diretora da escola induz ao responsável a dispensar o transporte escolar gratuito. Espero que o Poder Público acelere mais, ande mais rápido com esse edital, resolva os problemas para que o edital seja publicado e que seja satisfatório para toda a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Tem a palavra o Sr. Daniel Teles.

O SR. DANIEL TELES – Como já falei anteriormente, as questões específicas como os companheiros que usaram a tribuna apresentaram e que estão sob análise do DTP eu inclusive na segunda- feira vou verificar e aquilo que for de competência do DTP em relação a essas questões que foram apresentadas aqui vamos analisar e vamos tomar a decisão que for de competência do DTP em relação aos temas que foram abordados que tem a ver com o contrato que está vigente, que está sendo executado.

Todas as questões específicas que foram abordadas aqui em relação aos contratos

específicas de cada transportador o DTP vai analisar e a gente de acordo com o que tiver previsto vamos adotar a medida que couber.

Em relação ao credenciamento, estamos como já disse analisando a questão da consulta pública que foi feita, vou pedir inclusive para a comissão se dedicar cada vez mais na análise dos 66 documentos que foram apresentados para que possamos o mais rápido possível proferir uma decisão sobre essas questões e daí a gente poder finalizar essa questão do edital e poder ter uma contratação que não seja mais uma contratação emergencial porque o objetivo da Administração é ter os contratos vigentes. Para mim é um orgulho enorme trabalhar na gestão da Prefeitura de São Paulo, sob o comando do Prefeito Haddad, e do Secretário Gilmar Tatto, algumas insinuações que foram feitas aqui eu gostaria de deixar claro que tenho o maior orgulho de trabalhar e temos feito um trabalho muito sério em relação a todos os contratos, a todas as categorias que atendemos lá no DTP, a gente atende com o maior carinho os funcionários, toda a equipe tem atendido e trabalhado para fazer o atendimento dentro das condições que temos para fazer o atendimento ao cidadão.

Em relação ao credenciamento, estamos vinculados a esses atos que foram publicados e tão logo concluirmos a análise vamos publicar esses atos e todos vão poder ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Abou Anni) – Quero lembrar que em dezembro passado esta Casa aprovou na comissão, aprovou em plenário, no Orçamento, um valor de 143 milhões/ano para contemplar o transporte gratuito. Se avaliarmos que todos os dois mil veículos estivessem cheios com as 16 crianças nos dois períodos, teríamos valor de 107 milhões, quer dizer, 143 menos 107 milhões restam, sobraram 36 milhões de reais. Para aonde vai esse dinheiro? É uma previsão, mas é o que foi proposto de Orçamento para o TEG. Nesse valor se contemplam 107 milhões, mas se avaliarmos o Orçamento aprovado nesta Casa são de 143 milhões.

Agradeço a presença de todos, a presença do Dr. Daniel Teles, que sempre

comparece as reuniões, a presença da professora Maria Aparecida, do Sr. Formiga que sempre está envolvido nessa discussão e também da Dra. Cristiane e do Tio Lauro.

Digo aos senhores que continuem acreditando, não podemos desistir. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.
